

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 16

CONGRESSO EM FOCO - NOTÍCIAS  
ANFIP

Para auditores da Receita, governo erra ao tratar servidor como entrave à economia ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estimulado por Bolsonaro, Congresso derruba veto e perdoa dívida de igrejas ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saúde distribui máscaras impróprias a profissionais na linha de frente ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prévia da arrecadação federal indica alta de 4,7% em fevereiro, afirma Ibre ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pior momento de Bolsonaro - NAS ENTRELINHAS ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Passa projeto que autoriza gastos antes da aprovação do Orçamento ..... 12

O GLOBO - RJ - PAÍS  
SERVIDOR PÚBLICO

OCDE cria grupo para monitorar combate à corrupção no Brasil ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Perdão de R\$ 1,4 bi a igrejas ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Doria recua no ICMS para leite e carne e anuncia mais crédito ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Meirelles articula candidatura ao Senado ..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC inicia novo ciclo de alta de juros e surpreende ao elevar taxa para 2,75% ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O que fazer com os preços dos combustíveis (2) ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Real continua quebrando recordes negativos - MERCADO S/A ..... 25

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Pandemia, educação e as emendas políticas - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

O poço de Bolsonaro (3) ..... 29

Quinta-Feira, 18 de Março de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

BC surpreende, eleva juro em 0,75 ponto e sugere que vai repetir a dose em maio ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Fed espera juro zero até 2024 e crescimento dos EUA de 6,5% neste ano; Bolsa sobe 2,21%35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

"Remédio amargo", alta do juro foi "ousada", afirma empresário ..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Cai imposto de importação sobre celular e PC ..... 39

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Produtos da cesta básica ficam 33% mais caros ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Marcha lenta no início do ano (3) ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

O enigma do novo gatilho de 95% - RIBAMAR OLIVEIRA ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Fed reafirma política e prevê juro perto do zero até 2023 (3) ..... 45

# Para auditores da Receita, governo erra ao tratar servidor como entrave à economia

**Thais Rodrigues**

Em meio a uma pandemia e a um cenário pouco favorável à economia, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** se junta a outras organizações voltadas para a defesa dos servidores para enfrentar a proposta de reforma administrativa que tramita no Congresso.

Segundo o presidente da entidade, Décio Bruno Lopes, uma mobilização nacional, que está prevista para ocorrer no próximo dia 24, tem como objetivo chamar a atenção dos congressistas para que a PEC 32/2020, que dentre outras coisas, congela salários e contratações de servidores não avance no plenário.

"Nós fizemos frente à PEC 186 , a chamada PEC da Emergência Fiscal, e não conseguimos impedir que os salários dos servidores passassem 15 anos sem sofrer reajuste. Mas seguimos exigindo condições dignas de trabalho para a manutenção dos serviços e para a continuidade das políticas públicas para toda a população. A reforma administrativa não é o caminho", ressalta Décio em entrevista ao **Congresso em Foco** .

O auditor diz que, com o aval do governo, o servidor e o serviço público têm sido colocados

como motivadores de entraves para a economia. Porém, ressalta ele, sem o serviço público, o país estaria em uma situação ainda mais grave de calamidade pública.

"Os serviços públicos estão trabalhando diuturnamente em meio à pandemia para que o Estado brasileiro não pare, os serviços continuem girando e a população tenha acesso aos serviços com o mínimo de qualidade", explica.

A reforma administrativa, que ainda será votada na Câmara, conheceu nesta semana seu relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O deputado Darci de Matos (PSD-SC) está trabalhando na elaboração de seu parecer, que será pela admissibilidade da proposta de emenda constitucional. O presidente da **Anfip** ressalta que a ideia que o governo tem de que a folha de pagamento do serviço público é um entrave para a economia é errônea.

"Na verdade, a reforma traz grandes dificuldades para

o Estado, pois dificulta a realização de concursos públicos e possibilita a terceirização ampla", diz. Décio Lopes afirma que a contratação de serviços terceirizados não diminuirá as despesas.

"Dependendo da contratação, as empresas prestadoras de serviço têm finalidade lucrativa e

esses contratos podem, inclusive, ser superfaturados e poderão trazer despesas maiores do

que a contratação direta dos servidores", observa.

Décio Lopes avalia que este não é o momento ideal para que o governo desestimule os **servidores públicos**. "O Congresso Nacional deveria estar preocupado com o fomento de políticas produtivas, em aquecer a economia, em traçar planos de incentivos fiscais para empreendedores e para a população. O investimento deveria acontecer para gerar emprego e renda. É isso que se espera do governo em um momento como esse".

Prêmio **Congresso em Foco**

Antiga parceira, a **Anfip** apoia o Prêmio **Congresso em Foco 2021** . A premiação, uma das mais aguardadas do calendário político de Brasília, ocorrerá este ano em 21 de outubro, quando serão conhecidos os deputados e senadores que, na avaliação do público, de jornalistas e de um júri especializado, melhor representam a população no plenário.

A importância do Prêmio **Congresso em Foco** está na divulgação daqueles parlamentares que se destacaram mais nas questões relacionadas ao serviço público, à economia. São aqueles que realmente fazem um trabalho destinado à melhoria dos serviços e das condições de sobrevivência da população e do Estado brasileiro

>Veja a lista com todos os premiados no Prêmio **Congresso em Foco 2020**

> Conheça os primeiros apoiadores do Prêmio **Congresso em Foco 2021**

Site: <https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/para-auditores-da-receita-governo-erra-ao-tratar-servidor-como-entrave-a-economia/>

# Estimulado por Bolsonaro, Congresso derruba veto e perdoa dívida de igrejas



O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), conduz sessão de análise de vetos presidenciais nesta quarta (17) Prata Vaziani, Câmara dos Deputados

**Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado**

Como respaldo de Jair Bolsonaro, o Congresso derrubou nesta quarta (17) os vetos presidenciais ao dispositivo que concede anistia em **tributos** devidos por igrejas, que têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União.

Na Câmara, os vetos foram votados em bloco e rejeitados com outros dispositivos que faziam parte de um acordo, como itens do pacote anticrime, da lei de falências e da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Ao todo, 439 deputados votaram pela derrubada do veto. No Senado, a votação também foi em bloco, com o veto sendo derrubado por 73 votos -eram necessários 41.

O perdão às dívidas de igrejas é criticado pela equipe econômica, que destaca o impacto fiscal da medida. Conforme já mostrou a Folha, somente na **Receita Federal** o total de débitos pendentes de entidades religiosas é de aproximadamente R\$ 1 bilhão, de acordo com informação colhida pelos auditores a pedido do Congresso em meados de 2020.

Bolsonaro afirmou na ocasião que era obrigado a vetar o perdão para as igrejas, alegando que poderia passar por processo de impeachment, por desrespeito à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e também a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, pediu ao Congresso que derrubasse o veto.

Na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), havia na mesma época outros R\$ 462 milhões em dívidas registradas.

A proposta que beneficia entidades religiosas foi criada pelo deputado David Soares (DEM-SP) e

inserida em um projeto de lei sobre a resolução de litígios com a União. Ele é filho do pastor R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus (entre as principais devedoras).

O texto altera a lei de 1988 que instituiu a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) para remover templos da lista de pessoas jurídicas consideradas pagadoras do tributo, além de anular autuações que desrespeitem a premissa. A justificativa é que a Constituição dá proteção tributária às igrejas, mas o argumento é contestado.

Em outro trecho, o projeto concede anistia retroativa à cobrança de **impostos** previdenciários nas remunerações pagas a membros religiosos (como os pastores). A proposta busca aplicar o entendimento de que os valores não são remunerações.

Na visão de membros do fisco, as igrejas muitas vezes pagam salários a um grande número de pessoas, de empregados a pastores, e classificam os repasses com outros nomes (doações, por exemplo). Como muitas vezes as igrejas têm um grande número de empregados, a União deixa de recolher um volume significativo de recursos em Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Nem todas as igrejas seguem a prática. Auditores dizem que há casos em que os empregados e pastores são registrados conforme rege a lei, inclusive sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O dispositivo foi inserido em setembro na Câmara no projeto que regulamentava o pagamento de precatórios e mantido pelo Senado, mas vetado por Bolsonaro. Na ocasião, o presidente afirmou que, se fosse deputado ou senador, votaria pela derrubada do veto.

Na tentativa de manter o veto, o Ministério da Economia tentou argumentar que poderia apresentar uma proposta para futura avaliação desse tema pelo Congresso.

"O veto não impede a manutenção de diálogos, esforços e a apresentação de instrumentos normativos que serão em breve propostos pelo Executivo com o intuito de viabilizar a justa demanda", informou na

justificativa do veto.

Também foram derrubados vetos a dispositivos da nova Lei de Falências. Entre os trechos que terão a validade mantida, alguns provocarão perda de receitas para a União, sem indicar uma fonte de compensação.

Há, por exemplo, o artigo que amplia as compensações tributárias que podem ser feitas por empresas em recuperação judicial ou falência decretada. Outro trecho mantido define que receitas obtidas pela companhia em processo de recuperação não será usada para calcular a cobrança de PIS/Cofins.

Os parlamentares ainda rejeitaram vetos a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, que fornece a base para a elaboração do Orçamento. Um dos dispositivos deve ampliar o volume de recursos indicados pelos parlamentares para aplicação em obras nas suas bases eleitorais.

O artigo cria marcadores de despesas para emendas indicadas por comissões temáticas e pelo relator do Orçamento. Ao vetar o dispositivo, o governo argumentou que a medida aumenta a rigidez do Orçamento e contraria a Constituição.

Outro dispositivo que teve veto derrubado libera o empenho de recursos do governo federal para obras que ainda não receberam licença ambiental ou não têm projeto de engenharia concluído.

O Congresso também derrubou um dos vetos presidenciais ao Programa Casa Verde Amarela, que substituiu o Minha Casa Minha Vida. Com isso, volta a vigorar um regime especial de tributação para as empresas que vão construir unidades habitacionais no âmbito do programa no valor de até R\$ 124 mil.

De acordo com esse dispositivo, essas construtoras ficam autorizadas a pagar de maneira unificada os **tributos** equivalentes a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de construção.

Em uma vitória do governo, o Congresso manteve os vetos de Bolsonaro referentes ao novo marco do saneamento.

Enquanto a maior parte dos vetos foi votada em bloco, a legislação referente à nova legislação do saneamento foi uma das que precisaram ser votadas em separado na Câmara, em decorrência da falta de acordo entre os líderes.

A resistência maior ao veto estava no Senado, mas a votação naquela Casa só aconteceria em caso de derrubada na Câmara, o que não aconteceu. O veto

foi mantido pelos deputados por 292 votos, ante 169 e uma abstenção. Eram necessários 257 votos para a sua derrubada.

O principal dispositivo em discussão era o polêmico artigo 16. A manutenção do veto elimina a possibilidade de renovação dos atuais contratos celebrados entre municípios e estados com as empresas estaduais de água e saneamento.

O projeto de lei aprovado no Congresso abria a possibilidade de renegociação e renovação desses contratos por um período de 30 anos, desde que isso fosse feito até 2022. Serviços prestados hoje sem contrato poderiam ser regularizados.

O dispositivo foi duramente criticado pela equipe econômica, que argumentava que iria atrasar em muitos anos a entrada da iniciativa privada nesse mercado.

A oposição tentou retirar o veto ao marco do saneamento da pauta, sem sucesso.

"Aqui as empresas de saneamento são extintas, porque se extinguem os contratos de programas. E o que o art. 16 prevê é a possibilidade de dois anos para a renovação desses contratos. Tirando esses dois anos, não há mais chance de contrato de programa. As empresas públicas não vão mais poder fazer a prestação dos municípios", afirmou o deputado Afonso Florence (PT-BA).

"Vai cair o valor das empresas, porque o que elas têm de ativo é isso. A abertura de capital e a venda de ação depreciam. Isso é um crime de lesa-humanidade contra o povo brasileiro", completou.

O novo marco do saneamento foi aprovado no Congresso em junho do ano passado, com o objetivo de universalizar o saneamento básico no país até 2033.

Vetos derrubados pelo Congresso

- Anistia em **tributos** devidos por igrejas, que têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União

Liberação do empenho de recursos do governo federal para obras que ainda não receberam licença ambiental ou não têm projeto de engenharia concluído

Regime especial de tributação para as empresas que vão construir unidades habitacionais

no âmbito do Programa Casa Verde Amarela, no valor de até R\$ 124 mil

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Saúde distribui máscaras impróprias a profissionais na linha de frente



Máscaras distribuídas pelo Ministério da Saúde, com destino a unidades hospitalares, com a inscrição "non-medical", ou seja, vetadas para uso hospitalar. Reprodução

## Vinicius Sassine

O Ministério da Saúde forneceu máscaras impróprias para uso médico a profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19. Parte dessas máscaras foi entregue à pasta por uma empresa cujo representante no Brasil é um executivo que atua no mercado de relógios de luxo suíços -é ele quem assina o contrato com o governo federal.

Um documento do gabinete da presidência da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), elaborado em 13 de janeiro e obtido pela Folha, aponta que as máscaras analisadas -chinesas, do tipo KN95- não eram indicadas para uso hospitalar. Mesmo assim, o Ministério da Saúde distribuiu o material e se recusou a substituí-lo diante da recusa de estados em usar os equipamentos.

O mesmo documento do gabinete da presidência da Anvisa afirma que o órgão recebeu diversas reclamações sobre a impropriedade das máscaras, avisou o Ministério da Saúde sobre a necessidade de atender às especificações dos fabricantes e fez um alerta sobre "riscos adicionais" a que estão sujeitos profissionais e pacientes.

A posição da Anvisa foi enviada ao MPF (Ministério Público Federal) em Brasília, que instaurou, em 3 de fevereiro, um inquérito civil para investigar a história.

Foram duas as situações envolvendo essas máscaras. Uma parte delas teve o uso interdito pela Anvisa a partir de junho de 2020 depois que a autoridade sanitária dos Estados Unidos (FDA, na sigla em inglês) suspendeu autorizações emergenciais diante da falta de eficiência mínima na filtragem de partículas.

Outra parte foi escanteada pelos estados em razão da advertência "non-medi-cal" presente nas embalagens das máscaras enviadas para as secretarias de Saúde locais. Equipamentos ficaram parados em estoques, sem uso.

A pasta distribuiu ambas pelo menos entre julho e dezembro de 2020. E não só se recusou a recolher os produtos e a substituí-los, segundo esses documentos, como enviou mais máscaras "non-medical" para uso hospitalar.

O Ministério da Saúde defendeu as máscaras em documentos elaborados em agosto e novembro de 2020 e em janeiro de 2021. A pasta sustentou que a empresa contratada provou por meio de testes a eficiência de filtragem de cinco marcas, com "eficácia alta" equivalente a máscaras N95 e PFF2.0 material, segundo o ministério, seria útil em casos não cirúrgicos.

O MPF, então, pediu uma posição da Anvisa a respeito. O documento ficou pronto em 13 de janeiro e foi enviado aos procuradores da República pela chefia de gabinete do diretor-presidente da agência, Antônio Barra Torres.

As cinco marcas analisadas atendem a requisitos mínimos, mas os documentos fornecidos à Anvisa não permitiram saber se as marcas são exatamente as que foram fornecidas aos estados, segundo o parecer da agência.

A Folha constatou nos documentos do inquérito do MPF que a marca interdita pela Anvisa não aparece entre as que foram submetidas a testes pela empresa contratada pelo Ministério da Saúde. A reportagem também constatou que máscaras do tipo foram de fato enviadas a estados.

Em nota, a Anvisa confirmou que a marca "encontra-se com medida sanitária válida de suspensão de

comercialização, distribuição e importação para uso em serviços de saúde". "Os respiradores falharam em demonstrar a eficiência de filtração mínima requerida."

Já as máscaras com a advertência "non-medical" na embalagem não podem ser usadas por profissionais de saúde, segundo o documento da Anvisa de 13 de janeiro.

"Cabe ao fabricante do produto definir a sua indicação e restrições de uso; portanto, deve-se seguir a informação constante na rotulagem em relação à restrição do uso da máscara", cita o gabinete da presidência do órgão. "Os produtos com a informação de advertência "non-medical" não são enquadrados como produto médico, não sendo indicados para uso por profissionais de saúde."

Um contrato para o fornecimento de máscaras KN95 ao governo foi assinado em 8 de abril, num contexto de dificuldade de obtenção do material no mercado externo, com a pandemia ganhando contornos de gravidade no mundo inteiro. Uma legislação especial permitiu a dispensa de licitação para a compra.

A contratada foi uma empresa de Hong Kong, a Global Base Development HK Limited, representada no Brasil pela 356 Distribuidora, Importadora e Exportadora. O dono da 356, Freddy Rabbat, assinou o contrato, que previu 40 milhões de máscaras. Houve ainda mais 200 milhões de máscaras no mesmo contrato.

Cada máscara KN95 saiu por US\$ 1,65 (R\$ 9,20, pela cotação do dólar desta quarta, 17). O total foi de US\$ 66 milhões (R\$ 368,3 milhões).

Rabbat atua em uma empresa de relógios de luxo no Brasil. Ele é presidente da Abrael (Associação Brasileira das Empresas de Luxo).

A 356 Distribuidora tem um capital social de R\$ 800 mil, segundo os registros da **Receita Federal**. A Global Base, representada pela 356, já recebeu R\$ 734 milhões do governo federal, principalmente pela venda de máscaras na pandemia. Os dados são do Portal da Transparência.

No documento ao MPF, a Anvisa afirmou que sua gerência de tecnovigilância já havia recebido diversas reclamações e informado à secretaria-executiva do Ministério da Saúde que "os serviços de saúde estavam notificando o recebimento de produtos sem indicação para uso por profissionais de saúde".

"[A gerência] entende ser prudente e necessário reforçar junto a esse órgão a necessidade de observar as indicações expressas pelo fabricante do produto, de modo que profissionais e pacientes não sejam

expostos a riscos adicionais em função da inadequação do produto utilizado pelo profissional de saúde", cita nota técnica enviada ao MPF.

À Folha a Anvisa disse, em nota, que o material interdito pode ser usado para substituir máscaras de tecido artesanal ou de uso não profissional. Sobre as máscaras com advertência "non-medical" a agência afirmou que "não foram encontradas medidas sanitárias vigentes".

Até a conclusão desta edição, o Ministério da Saúde não havia respondido aos questionamentos da reportagem, enviados à assessoria de imprensa da pasta na noite da última terça-feira (16).

A Folha enviou questionamentos a Freddy Rabbat nos emails informados da Abrael e da 356 Distribuidora. Uma assessoria de imprensa disse que responderia, mas não o fez também até a conclusão desta edição.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/osp/>

## O que sabemos sobre o uso de máscaras contra a Covid-19

São eficientes para diminuir a transmissão da doença



O coronavírus Sars-CoV-2 pode ser transmitido através de gotículas de saliva lançadas ao ar por uma pessoa infectada pelo vírus enquanto ela respira, conversa, tosse ou espirra

**70%**

É a redução das chances de transmissão do coronavírus quando todos em um mesmo ambiente usam máscaras

### Gotículas bloqueadas por cada equipamento



### No Brasil, a máscara equivalente à N95 é conhecida como PFF2

As máscaras KN95, equipamentos de fabricação chinesa similares à N95 e à PFF2, bloqueiam cerca de 95% das partículas. No entanto, autoridades sanitárias alertam que há muitos produtos falsificados no mercado, e nem todas as marcas cumprem os requisitos mínimos de filtração

### Protegem quem usa e quem está perto

Inicialmente indicadas para os infectados não expelirem o vírus, estudos recentes mostraram que as máscaras são eficientes para evitar a inalação das gotículas que podem carregar o patógeno para dentro do corpo



### Teste básico para avaliar uma máscara



#### Posicione a máscara contra a luz Sobre através da máscara

Se você conseguir enxergar através da máscara ou sentir o ar passar por ela com muita facilidade, então ela provavelmente não poderá te proteger. Quanto mais fechadas forem as tramas do tecido e quanto mais camadas tiver a máscara, maior será a proteção

\*Especialistas não recomendam o uso do escudo facial sem a máscara para proteção contra o Sars-CoV-2. O equipamento serve para resguardar os olhos, que também podem ser infectados pelo vírus.

\*\*A proteção deve cobrir boca e nariz e estar bem ajustada ao contorno do rosto para evitar a saída de gotículas

Fontes: Efficacy of face masks, neck gaiters and face shields for reducing the expulsion of simulated cough-generated aerosols (revista Aerosol Science and Technology); Low-cost measurement of face mask efficacy for filtering expelled droplets during speech (revista Science Advances), Centers for Disease Control and Prevention (CDC), pffparatodos.com e episaude.org

# Prévia da arrecadação federal indica alta de 4,7% em fevereiro, afirma Ibre

**Lu Aiko Otta**

Impulsionada por um forte incremento na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a arrecadação federal total deve apresentar alta de 4,7% em fevereiro, nos cálculos do economista Matheus Rosa Ribeiro, do Núcleo de Economia do Setor Público do Ibre/FGV, a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. Os dados oficiais serão divulgados pela **Receita Federal** nos próximos dias.

A arrecadação alcançou R\$ 128,3 bilhões por esses cálculos, 10,2% mais que em fevereiro de 2020. Confirmada essa estimativa, terá sido um recorde para o mês, tal como antecipado nesta semana pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Outro sinal positivo: nos últimos meses, a arrecadação praticamente não crescia, se fossem descontados os pagamentos de **tributos** diferidos (adiados) nos meses mais agudos do isolamento social em 2020. O que se viu em fevereiro foi crescimento, num mês em que não eram esperados esses recolhimentos.

"Mas é preciso cautela para, a partir dos resultados, falar em tendência positiva ou arrecadação em alta nos próximos meses", alertou Ribeiro. Os recolhimentos de **impostos** e contribuições em fevereiro refletem a atividade econômica de janeiro. Hoje, porém, o cenário econômico é diferente. "A possibilidade de novos lockdowns pode influenciar negativamente a atividade e a arrecadação."

É preciso também estar atento ao analisar a arrecadação nos próximos meses. Em relação a igual período do ano passado, eles poderão mostrar crescimento. No entanto, é preciso considerar que a base de comparação são os meses de maior impacto das medidas de isolamento social em 2020.

Pela prévia de Ribeiro, o principal fator de elevação da arrecadação de fevereiro foi o desempenho de IRPJ e CSLL, que apresentou alta real pelo sexto mês consecutivo. Os dados apontam para crescimento de 40,1% na comparação com fevereiro de 2020 para esses dois **tributos**.

Na avaliação de Ribeiro, esse desempenho pode ser

explicado pela melhora dos indicadores da atividade econômica em relação aos primeiros meses da pandemia. Nos últimos meses, a Receita tem registrado também recolhimentos atípicos motivados por reorganizações societárias das empresas. Com os dados disponíveis, porém, não é possível saber se essa foi a razão da alta.

A alta do dólar acabou puxando para cima a arrecadação de **tributos** como o Imposto de Importação, que teve alta de 38,4%, e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação, que aumentou 49,7%.

No total, o IPI apresentou crescimento de 27,3%, no sétimo mês consecutivo de crescimento. A única categoria do IPI que apresentou queda foi a de bebidas, com recuo de 15,8%.

O destaque negativo fica por conta das receitas previdenciárias, que recuaram 3,7%. Nesse caso, a principal explicação é a queda no mercado de trabalho. "Embora não tenhamos massa salarial para janeiro, os resultados de dezembro apontam para uma situação pior que há 12 meses atrás no mercado de trabalho."

Outra queda importante pode ser vista no Imposto de Renda Retido na Fonte, de 5,9%.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Pior momento de Bolsonaro - NAS ENTRELINHAS

**POR LUIZ CARLOS AZEDO**

A pesquisa DataFolha de ontem confirmou o que o mundo político já estava esperando: o governo Bolsonaro vive o seu pior momento, acumulando desgastes, principalmente em razão das suas atitudes negacionistas em relação à pandemia da covid-19, cujo descontrole assombra o mundo. Segundo o instituto, cresceu para 56% o número de brasileiros que consideram o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) incapaz de liderar o país. Em janeiro, eram 50%. A pesquisa caiu como uma bomba no Palácio do Planalto, a jaula de cristal na qual a bolha dos partidários do presidente da República nas redes sociais tem mais influência nas decisões do que todos os demais interlocutores do governo juntos.

Segundo o levantamento, o percentual de brasileiros que consideravam Bolsonaro capaz de liderar caiu de 46% para 42% de janeiro para março, com oscilação negativa no limite da margem de erro. Em abril de 2020, ele era considerado capaz de liderar o país por 52% dos brasileiros, em detrimento de 42% que o julgavam incapaz. Entre os que hoje julgam o presidente mais incapaz estão os mais ricos, que ganham acima de 10 salários mínimos (62%), os que têm curso superior (também com 62%) e moradores da região Nordeste, dos quais 63% julgam o presidente incapaz de liderar o Brasil. A base de apoio de Bolsonaro mais resiliente é formada por moradores das regiões Sul (51%) e Norte/Centro-Oeste (49%) e evangélicos 52%.

O desempenho de Bolsonaro na pandemia é que puxa sua avaliação para baixo: 54% dos entrevistados avaliam como ruim ou péssimo. Na pesquisa anterior, realizada em janeiro, esse índice era de 48%. Segundo o levantamento, 22% consideram ótima ou boa a performance do presidente da República na condução do enfrentamento à pandemia. O índice anterior era de 26%. Esse desempenho fortalece os aliados do governo no Congresso, que pediram a cabeça do general Eduardo Pazuello, defenestrado do Ministério da Saúde, mas não conseguiram emplacar no cargo o deputado Dr. Luizinho (PP-RJ), presidente da Comissão de **Seguridade Social** da Câmara. Bolsonaro nomeou o médico paraibano Marcelo Queiroga, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

A estratégia de responsabilizar governadores e prefeitos pela crise sanitária, adotada por Bolsonaro duramente a crise sanitária, fracassou completamente: para 42% dos entrevistados, a responsabilidade é do presidente da República. Os demais responsáveis seriam: governadores, 20%; e prefeitos: 17%. A falta de uma campanha publicitária nacional de mobilização contra a pandemia, fruto também do negacionismo, se reflete no grau de responsabilidade atribuída à própria população: 1%. No ranking dos mais empenhados na luta contra a covid-19, governadores (38%) e prefeitos (28%) deixam Bolsonaro (16%) na rabeira.

Resiliência Mas que ninguém se iluda, mesmo assim, Bolsonaro tem uma base de apoio muito resiliente, o que ainda lhe assegura um piso confortável de aprovação para quem pretende disputar a reeleição. Por exemplo, em relação ao impeachment, o índice oscilou dentro da margem de erro: 53% eram contrários à abertura de impeachment em janeiro, ante 50% agora; 42% eram favoráveis; agora, são 46%. A mesma coisa em relação à renúncia de Bolsonaro: 51% avaliam que deveria renunciar, contra 45% favoráveis. São números desagradáveis, mas não são irreversíveis se o governo se reposicionar em relação à pandemia.

A aposta de Bolsonaro é de que a situação pode ser revertida com a vacinação em massa da população, que está muito atrasada, mas o governo iniciou uma corrida desembestada para comprar imunizantes, todos os que forem possíveis. O atraso nas vacinas existe porque a prioridade era outra, o tratamento precoce com cloroquina. Em outra frente, o Ministério da Cidadania prepara a medida provisória do auxílio emergencial, que Bolsonaro pretendia levar pessoalmente ao Congresso ainda ontem, mas não ficou pronta. Sua aposta é de que o auxílio mitigará os desgastes com a pandemia, ao possibilitar um alívio à chamada população de "invisíveis", que perdeu as fontes de renda com a pandemia.

"A estratégia de responsabilizar governadores e prefeitos pela crise sanitária, adotada por Bolsonaro duramente a pandemia, fracassou completamente: para 42% dos entrevistados, a responsabilidade é do presidente da República"

# Passa projeto que autoriza gastos antes da aprovação do Orçamento

**Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro**

Sem o Orçamento deste ano aprovado até agora, o governo precisou da ajuda do Congresso Nacional para assegurar o pagamento dos salários dos **servidores públicos** em abril.

Os deputados e senadores aprovaram ontem projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e autoriza o governo federal a executar R\$ 453,7 bilhões em despesas correntes. Os gastos programados dependiam da aprovação desse crédito suplementar por parte dos parlamentares, em exceção à regra de ouro.

Sem essa aprovação, a União não teria recursos para pagar despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública já a partir de março. "Alega o Ministério da Economia que a medida urge, tendo em vista que estariam esgotados em março os recursos não condicionados para acudir às despesas correspondentes, dentre as quais o pagamento de pessoal de certos órgãos e entidades do Poder Executivo, precatórios, aposentarias e pensões do Regime Geral de **Previdência Social**, além do provimento de serviços públicos essenciais", diz o texto.

A matéria altera dois dispositivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, sendo que o principal deles autoriza a "substituição da fonte de recursos" por portaria da Secretaria de Orçamento Federal. O segundo esclarece que as programações objeto de substituição de fontes se inserem às demais limitações para execução provisória durante a tramitação do Orçamento no Congresso. O relator do projeto foi o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

"A proposta objetiva autorizar a abertura de créditos suplementares, alterando a fonte prevista para despesa, de uma indicação pendente de aprovação por maioria absoluta dos parlamentares por outras regularmente elencadas no arcabouço normativo pátrio. Ao fazer isso, igualmente prevê a mudança do órgão orçamentário, para atribuir a execução àquele que tem a competência pela política pública resultante", justificou o emedebista.

Na prática, o projeto autoriza a abertura do crédito

necessário, mas exige que a União encontre outra fonte de recursos, deixando essa indicação pendente de aprovação por maioria absoluta dos parlamentares. Uma das possibilidades é que o Executivo faça um remanejamento dos recursos, por meio de transferência de outras áreas.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# OCDE cria grupo para monitorar combate à corrupção no Brasil



**Alerta.**  
Brasil entrou no radar da OCDE devido ao encerramento das forças-tarefa da Lava-Jato e à aprovação da lei contra o abuso de autoridade

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou um grupo permanente de monitoramento sobre o combate à corrupção no Brasil. A decisão, revelada pela "BBC Brasil", foi tomada no fim do ano passado diante do que a entidade sediada em Paris viu como um recuo no combate à corrupção no país.

Segundo informações do jornal "Valor Econômico", o grupo de monitoramento do combate à corrupção no Brasil é formado por Estados Unidos, Itália e Noruega e teve sua primeira reunião na semana passada, em Paris. De acordo com declarações à imprensa do chefe do Grupo de Trabalho sobre Suborno (WGB, em inglês) da OCDE, Drago Kos, é a primeira vez que a organização cria um grupo específico para monitorar um país.

Entre os motivos que levaram o Brasil a entrar no radar da OCDE estão o desgaste e o encerramento das forças-tarefa da Lava-Jato, que foram incorporadas ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Outro motivo é a lei contra abuso de autoridade, aprovada pelo Congresso em 2019 e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, contra a vontade do então ministro da Justiça Sérgio Moro. Criticada por associações de juízes, procuradores e delegados, a lei prevê punições a **servidores públicos** dos três Poderes e inclui entre as ações criminalizadas, por exemplo, "abrir investigação sem indícios de crime" e "determinar prisão que não esteja em acordo com situações previstas em lei".

Desde 2019, o país é alvo de alertas públicos do grupo de trabalho, que chegou a enviar missão de alto nível para encontros com autoridades brasileiras. Em

novembro daquele ano, após a visita, a entidade declarou que, apesar de o Brasil ter sido reconhecido por seus significativos esforços no combate à corrupção após sua avaliação anterior, em 2014, "há agora preocupações de que o Brasil, devido às recentes ações tomadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, corra o risco de retroceder nos progressos feitos".

## POLÍTICA EXTERNA

A entrada do Brasil na OCDE é uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro na política externa. Em nota enviada à "BBC Brasil", o Itamaraty afirmou que "desde 2019, nunca houve por parte da OCDE qualquer manifestação oficial ao Governo Brasileiro sobre suposto retrocesso do país no combate à Corrupção" e que a criação do grupo de monitoramento não é iniciativa inédita, mas uma "prática" da entidade.

A OCDE, no entanto, reafirmou que é a primeira vez que um grupo de monitoramento de um país é criado. Os alertas públicos do Grupo de Trabalho sobre Suborno sobre o Brasil estão disponíveis em seu portal.

O Itamaraty também afirmou que "o Governo Brasileiro está comprometido com o processo de acessão à OCDE" e que "é o país não-membro mais aderente aos instrumentos da Organização, sendo 99 de 245 instrumentos, um crescimento de 50% nos dois primeiros anos de governo".

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Perdão de R\$ 1,4 bi a igrejas

Com aval do presidente Jair Bolsonaro, deputados e senadores rejeitaram um veto do próprio chefe do Planalto para anular dívidas tributárias de igrejas, acumuladas após fiscalizações e multas aplicadas pela **Receita Federal**.

Documento enviado pela liderança do governo aos parlamentares, nesta semana, estima a renúncia tributária de R\$ 1,4 bilhão nos próximos quatro anos. De estoque acumulado em anos anteriores, deixariam de ser cobrados R\$ 221,94 milhões.

A proposta alvo do veto exclui as igrejas do rol de contribuintes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ampliando o alcance da imunidade prevista na Constituição. Além disso, perdoa as dívidas acumuladas com esse tributo no passado.

Bolsonaro vetou a medida com o argumento de que o dispositivo foi aprovado sem compensação fiscal, e a sanção poderia ser classificada como crime de responsabilidade - dando margem para um processo de impeachment. Mas, por outro lado, se manifestou favorável à não tributação de templos e estimulou a derrubada do próprio veto.

As igrejas têm imunidade constitucional contra a cobrança de **impostos**, mas a proteção não alcança as contribuições, como a CSLL (sobre o lucro líquido) e a previdenciária. Nos últimos anos, a **Receita Federal** identificou manobras dos templos para distribuir lucros e remuneração variável de acordo com o número de fiéis, sem o devido pagamento desses **tributos**, ou seja, burlando as normas tributárias.

A medida aprovada pelo Congresso Nacional pretendia, por meio de uma lei ordinária, estender a imunidade constitucional das igrejas à cobrança da CSLL e, ainda, anular dívidas passadas. Outro dispositivo almejava anistiar multas e outras cobranças aplicadas sobre a prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

Ambos os artigos foram propostos pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que tem milhões em dívidas com a União.

Violação Bolsonaro vetou o primeiro dispositivo, que trata da CSLL, para afastar qualquer eventual violação à Constituição. Mas o presidente sancionou o artigo sobre a prebenda, de caráter mais interpretativo.

Após estimativas iniciais apontarem o risco de desfalque de R\$ 1 bilhão aos cofres da União caso os dois artigos fossem sancionados, cálculos atualizados da área econômica mostraram um prejuízo potencial de até R\$ 2,9 bilhões.

Com a sanção do artigo sobre a prebenda, o risco seria de R\$ 1,1 bilhão. Mas a avaliação na área econômica é de que o dispositivo foi mal redigido e dá margem para que a **Receita Federal** siga na briga pela cobrança dos débitos. Isso porque o projeto só interpretou uma norma vigente, que, segundo esses técnicos, já era seguida à risca pelo Fisco.

A percepção na área econômica é que os templos usarão a norma sancionada para tentar reabrir a discussão jurídica - que hoje está na fase de execução de bens dessas igrejas - para tentar pleitear a anulação, mas não necessariamente terão sucesso na disputa.

Ministro nega visita a Silveira O ministro Alexandre de Moraes negou mais um pedido apresentado pela defesa do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), atualmente em prisão domiciliar por publicar vídeos com ofensas e ameaças a integrantes do Supremo Tribunal Federal. Desta vez, o parlamentar buscou solicitação para receber outros deputados em sua residência, mas o magistrado registrou que pedido foi "genérico". A defesa queria a autorização para receber visitas de colegas de Congresso e, subsidiariamente, a da deputada federal Major Fabiana. Moraes também negou um pedido para reaver os dois celulares apreendidos com Silveira, na cela em que ficou preso, na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Na decisão, o ministro frisou que os aparelhos estão sendo periciados pelos investigadores e que as alegações da defesa do parlamentar eram "absurdas e incompatíveis com a Justiça".

# Doria recua no ICMS para leite e carne e anuncia mais crédito



Bar fechado na Vila Madalena, em SP, em razão das medidas contra a pandemia; estabelecimentos terão mais crédito. Eduardo Araujo - 14.mar.21/Folhapress

**Fernanda Brigatti**

A redução do ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) do leite pasteurizado e das carnes vendidas a estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional foi anunciada nesta quarta (17) pelo governador João Doria (PSDB).

O leite pasteurizado, que desde 15 de janeiro está com alíquota de 4,14%, volta a ter a isenção do imposto estadual.

No caso das carnes, a redução da base de cálculo beneficiará empresas do Simples que compram diretamente dos frigoríficos. Elas voltarão a pagar 7% de ICMS nas operações.

As novas mudanças entram em vigor no dia 1º de abril.

Em entrevista no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, o vice-governador Rodrigo Garcia disse que a decisão é "um gesto muito claro do governo de tentar apoiar esses setores".

Garcia, que é também secretário de Governo, afirmou que cerca de 150 mil produtores serão beneficiados pela isenção do ICMS do leite pasteurizado. No caso da proteínas animais, ele disse que a medida poderá "manter os empregos em São Paulo e não perder para outros estados a comercialização desses produtos".

Sem o benefício fiscal, a alíquota para negociações de todos os tipos de carnes (bovina, suína, ovina, caprina e de aves) fica entre 12% e 13,3%.

Além de açougues, a volta do benefício fiscal beneficia restaurantes, pois a compra dos itens é um peso

importante na composição de custos da operação.

Garcia disse que o secretário de Fazenda, Henrique Meirelles, está pleiteando a prorrogação do pagamento de **tributos** das empresas enquadradas no Simples Nacional. No ano passado, o Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou o adiamento dos pagamentos por 90 dias.

O presidente-executivo da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci, disse na segunda (15) que o compromisso de que o governo recuaria do aumento foi firmado na semana passada, após reunião com o governo.

"O que a gente levou para eles é que o setor [de restaurantes] está destruído e ainda tomou um brutal aumento de **impostos**. Estamos buscando toda ajuda possível. Uma alta de 90% no ICMS das misturas é inviável", afirmou à Folha.

As restrições impostas pelo governo estadual ao funcionamento do comércio, na tentativa de conter a circulação do novo coronavírus, derrubam o faturamento do setor. Atualmente, eles só podem trabalhar com drive-thru ou entregas.

Nesta quarta, o governo de São Paulo anunciou também a liberação de R\$ 100 milhões em crédito do Banco do Povo e do Banco Desenvolve SP para atender os setores mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia.

Segundo a secretária Patrícia Ellen, de Desenvolvimento Econômico, o dinheiro emprestado pela Desenvolve SP poderá ser usado para capital de giro de microempresas -aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil. A prioridade será atender bares e restaurantes, hotéis, comércio, eventos, academias e setor de beleza.

O crédito terá carência de 12 meses e taxa de 1% ao mês mais a taxa Selic.

Patrícia Ellen destacou que, nessa linha, o banco ligado ao governo não exigirá certidão negativa de débito, exceção que teria sido um pedido dos setores econômicos.

A gestão estadual anunciou ainda o adiamento, por

três meses, nos pagamentos de parcelas para quem já tem empréstimo com a Desenvolve SP Por meio do Banco do Povo, o crédito será destinado a micro e pequenas empresas.

No início de janeiro, o governo paulista cancelou mudanças feitas na tributação de ICMS em 2020, em meio a um ajuste fiscal, e manteve a isenção do imposto estadual para produtos frescos, como frutas, verduras, legumes e ovos, e para operações internas de insumos agropecuários.

Medicamentos genéricos mantiveram a alíquota reduzida. No decreto publicado no ano passado, esses produtos passariam de um ICMS de 12% para 13,3%.

Entidades do setor lácteo dizem que a cobrança representa pouco em arrecadação para o governo, mas muito sobre o trabalho de 6.000 pequenos produtores, a maioria ligada a cooperativas da região do Vale do Paraíba.

Segundo a Abraleite (Associação Brasileira dos Produtores de Leite), a arrecadação de ICMS gerada pela produção do leite pasteurizado está na faixa de R\$ 1 milhão por mês, chegando a R\$ 12 milhões ao ano.

As mudanças feitas pelo governo de São Paulo nos benefícios fiscais de ICMS resultaram em ações judiciais de diversos setores -medicamentos, indústria, hospitais- e na realização de protestos e tratorações.

A gestão Doria diz ter feito um corte linear de 20% no total de benefícios tributários concedidos a diversos setores. A redução foi possível pela lei do ajuste fiscal, que autorizou o governo a rever isenções e reduções de ICMS. Para a aplicação da lei, enquadrou toda alíquota inferior a 18% como um benefício fiscal passível de redução.

Em fevereiro, 26 deputados estaduais assinaram um projeto de lei para revogar a lei que permitiu a revisão dos benefícios de ICMS. A proposta está sob análise das comissões temáticas da Assembléia Legislativa.

Medidas anunciadas pelo governo de SP

#### LEITE PASTEURIZADO

A partir de 1º de abril, volta a ter a isenção do ICMS, que está em 4,14% desde 15 de janeiro

#### CARNES

Alíquota do ICMS para estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional, que está em entre 12% e 13,3%, voltará a ser de 7%

#### CRÉDITO

Liberação de R\$ 100 milhões em crédito do Banco do Povo e do Banco Desenvolve SP; prioridade será atender bares e restaurantes, hotéis, comércio, eventos, academias e setor de beleza. Para capital de giro, o crédito terá carência de 12 meses e taxa de 1% ao mês mais a taxa Selic. Além disso, adiamento, por três meses, nos pagamentos de parcelas para quem já tem empréstimo com o Desenvolve SP

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Meirelles articula candidatura ao Senado



**Pedro Venceslau**

Depois de gastar R\$ 54 milhões do próprio bolso na campanha presidencial de 2018, quando foi o maior doador pessoa física da história e recebeu 1,2% dos votos, o ex-ministro da Fazenda (governo Michel **Temer**) e atual secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, planeja, agora, aos 75 anos, um voo político mais modesto para as eleições de 2022.

Embora seja cauteloso ao tratar do assunto, Meirelles disse ao Estadão que deixou o MDB e voltou para o PSD porque "considera o convite" feito pelo presidente da legenda, Gilberto Kassab, e por dirigentes locais para disputar uma vaga no Senado por Goiás, sua terra natal. Pelo plano traçado no PSD, Meirelles faria uma dobradinha com o governador Ronaldo Caiado (DEM), que é um dos poucos aliados do presidente Jair Bolsonaro no plano nacional e tentará se reeleger no ano que vem.

Caiado, na avaliação de Meirelles, vem fazendo um "trabalho correto" no enfrentamento da pandemia da covid-19.

"O Meirelles sempre teve muita afinidade com o PSD e foi um dos fundadores do partido.

O sonho dele sempre foi representar Goiás na vida pública", afirmou Kassab. A disputa pelo Senado deverá ser a terceira investida eleitoral de Meirelles. A primeira foi em 2002, quando foi eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás.

Durante o período em que esteve à frente do Banco Central (governo Lula) e do Ministério da Fazenda, na gestão **Temer**, o ex-presidenciável ganhou fama de "articulador hábil" e "paciente" com o Congresso Nacional.

A movimentação do ex-ministro, porém, já incomoda potenciais adversários na política local. "Ele não tem raízes em Goiás. Foi ligado à esquerda, Lula e ao PT

e agora está com (João) Doria. O eleitor goiano não vai entender isso", disse o deputado Delegado Valdir, presidente do PSL goiano e deputado mais votado do Estado em 2018.

Assim como o PSD, Meirelles costuma ser comedido ao avaliar o quadro nacional. Enquanto Doria, que é adversário de Bolsonaro, faz discursos contundentes contra o governo, o secretário rejeita, por ora, a ideia de integrar uma aliança de centro contra o presidente, que tentará a reeleição. "Não é o momento no Brasil de se pensar em movimentos desse tipo.

Isso acontece quando um país está maduro e existe uma mobilização de base popular muito grande. Em 2015 houve uma crise fiscal, de responsabilidade direta da então presidente (Dilma Rousseff). Era o segundo mandato. O País e o Congresso estavam maduros, politicamente falando, para isso. Hoje não há condições. Sou muito prático e objetivo. Temos que olhar para a frente." Questionado sobre em quem votou no segundo turno em 2018, disputado entre Bolsonaro e o petista Fernando Haddad, Meirelles desconversou: "O voto é secreto".

Pandemia. Na rotina do Bandeirantes, Meirelles é um dos poucos que têm gabinete próprio.

Despacha a poucos metros de Doria. O secretário também é considerado o integrante do primeiro escalão mais cuidadoso em relação ao coronavírus.

Nas reuniões do secretariado, nunca retira a máscara. Ele tem optado pelo trabalho remoto, mas, quando é inevitável despachar presencialmente, escancara todas as portas que dão acesso à varanda do segundo andar. Quando recebeu a reportagem, cumprimentou com um sinal de joia a distância.

Nos bastidores, Meirelles procurou não se envolver diretamente nos embates entre a área da saúde - que defende restrições duras de circulação - e a ala que prega flexibilizar o isolamento para não estrangular a economia. Costuma dizer que nunca se submeteu a pressões.

No organograma do governo paulista, em 2020, Meirelles passou a dividir o protagonismo da área econômica com Mauro Ricardo, que assumiu a então recém-criada Secretaria de Orçamento, Gestão e Projetos.

A dupla enfrentou a batalha política mais dura do

governo Doria, que foi a aprovação do pacote fiscal para conter um rombo de R\$ 10,4 bilhões no orçamento de 2021. A proposta aumentou **impostos** e autorizou a demissão de 5,6 mil servidores.

Mas apenas o peru morre na véspera. Não tomo decisão em cima de possibilidades.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Passada a turbulência desse período, Doria dividiu com Meirelles os holofotes no anúncio daquele que espera também ser um ativo eleitoral depois da vacina do Butantan: o anúncio de que **PIB** de São Paulo manteve crescimento em 2020, considerado o mais difícil da história recente em razão da pandemia.

#### 4 PERGUNTAS PARA...

Henrique Meirelles, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo

1. Como avalia o desempenho do ministro Paulo Guedes no governo Bolsonaro?

O que está acontecendo no governo é uma dificuldade de cumprir a agenda prometida na campanha. Existem linhas diferentes dentro do governo.

Algumas medidas foram na direção certa, mas, olhando como um todo, temos uma situação difícil. A pior coisa que poderia acontecer com o Brasil seria sair de uma crise de saúde e entrar numa crise fiscal. Seria o pior dos mundos.

Felizmente, temos o teto de gastos na Constituição. Isso hoje é a salvação da lavoura.

Permite a manutenção da responsabilidade fiscal.

2. Críticos falam que houve "estelionato eleitoral"...

Não gosto de adjetivar, mas há uma dificuldade de cumprir uma agenda liberal prometida na campanha.

3. Valeu a pena gastar R\$ 54 milhões em 2018 e receber 1,2% dos votos?

Valeu. Sempre fui realista e sabia que, num quadro muito polarizado, grande parte da população votaria dentro da polarização. Um para evitar o outro e outro para evitar o um. Estamos vivendo essa situação.

Fiz a divulgação de uma agenda econômica para o País. Essa agenda se tornou do governo. Se está ou não implementada, é outra história.

4. Apoiaria uma eventual candidatura de Doria ao Planalto em 2022?

Não há dúvida de que Doria é um candidato natural e forte.

# BC inicia novo ciclo de alta de juros e surpreende ao elevar taxa para 2,75%



DIDA.SAMPAIO/ESTADÃO-24/2/2021

**Teste.** Campos Netto e o primeiro Copom após a autonomia

**Eduardo Rodrigues Idiana Tomazelli / BRASÍLIA**

Mesmo com a atividade econômica novamente freada pelo agravamento da pandemia de covid-19, o Banco Central se viu forçado a elevar os juros da economia para tentar conter a ameaça da **inflação** - e surpreendeu no tamanho do ajuste. Com a alta persistente de preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) não só elevou ontem a Selic (taxa básica de juros) em 0,75 ponto porcentual, para 2,75% ao ano, mas também indicou uma nova rodada de aperto para o mês de maio.

O "cavalo de pau" na política de estímulo veio 21 dias após a sanção da autonomia formal do Banco Central pelo presidente Jair Bolsonaro, com a bandeira de garantir a condução da política de juros sem pressões políticas.

O aumento foi o primeiro em quase seis anos: a última vez que o BC precisou elevar juros foi em julho de 2015, ainda sob o governo Dilma Rousseff.

Desde agosto do ano passado, a Selic estava estacionada em 2%, no menor nível da série histórica. Na prática, quanto menores são os juros básicos da economia, mais barato fica o crédito para empresas e famílias.

Por isso, o relaxamento na política do Banco Central

abriu caminho ao crescimento dos financiamentos no auge da crise e ajudou a segurar as quedas na atividade e no emprego.

Nos últimos meses, porém, a **inflação** acelerou e virou o calcanhar de aquiles do presidente Jair Bolsonaro. Cobrado nas redes sociais pela alta da **inflação**, com vídeos que intitulam o movimento de alta dos preços como "Bolsocar", o presidente já reclamou em público diversas vezes do reajuste dos preços de combustíveis e alimentos.

Diesel. Na tentativa de conter o preço do diesel, encomendou à equipe econômica uma desoneração de **tributos** e demitiu o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, indicando para seu lugar o general da reserva Joaquim Silva e Luna. Os anúncios caíram mal no mercado, geraram desconfiança e contribuíram para elevar a cotação do dólar - um elemento que joga ainda mais lenha na fogueira da **inflação**.

Ao voltar a subir os juros, o Copom mira a **inflação** de médio e longo prazos, tentando evitar que a alta dos preços se dissemine na economia. Para o fim de 2021, o BC já estima uma **inflação** de 5%, bem acima do centro da meta para este ano de 3,75%, e já perigosamente próxima do teto. Com uma margem de tolerância de 1,5 ponto, o IPCA precisa ficar entre 2,25% e 5,25%. Nas projeções de mercado, a **inflação** acumulada deve passar de 7% no meio do ano para só então arrefecer e fechar o ano dentro da meta.

Para 2022, as expectativas seguem ancoradas, em 3,5%, exatamente no centro da meta de 3,5% no próximo ano (margem de 2% a 5%). Por isso, a maior parte do mercado esperava um aumento menor da Selic nesta reunião, de 0,50 ponto.

No **comunicado** da decisão, o BC argumentou que a elevação mais forte tem o efeito positivo de evitar justamente que a **inflação** estoure o teto da meta neste ano. E já anunciou que, a não ser que as condições mudem significativamente, uma nova elevação de 0,75 ponto deverá ser aplicada na próxima reunião, levando a taxa para 3,50% em maio.

O Copom também reconheceu que o agravamento da pandemia pode atrasar o processo de recuperação da atividade econômica, o que colocaria a **inflação**

abaixo da meta e prescreveria a continuidade do estímulo.

Por outro lado, o BC alertou que o risco fiscal elevado, dada a necessidade de gastos para combater a pandemia, segue criando uma "assimetria altista no balanço de riscos", ou seja, com trajetórias para a **inflação** acima do projetado. Daí a decisão de subir os juros e evitar um descontrole nas expectativas.

Desde junho do ano passado o Brasil vivia uma situação incomum: a de figurar entre os países com os juros reais (descontada a **inflação**) abaixo de zero.

Com a elevação para 2,75%, o País deixa o campo dos juros reais negativos volta ao terreno dos juros positivos, em 0,76% ao ano, de acordo com os cálculos da Infinity Asset Management.

#### I Isolamento e **inflação**

"A alta da Selic deveria ter sido postergada até que os efeitos do isolamento sobre a trajetória da **inflação** pudessem ser avaliados." Robson Braga de Andrade  
PRESIDENTE DA CNI

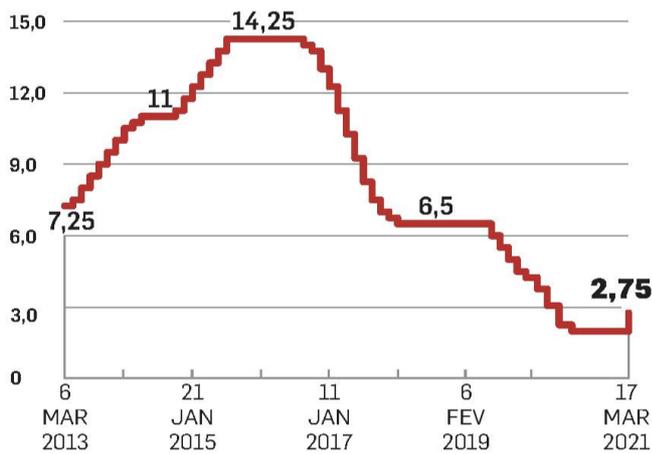
**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## SALTO

### ● Banco Central volta a subir os juros depois de quase seis anos

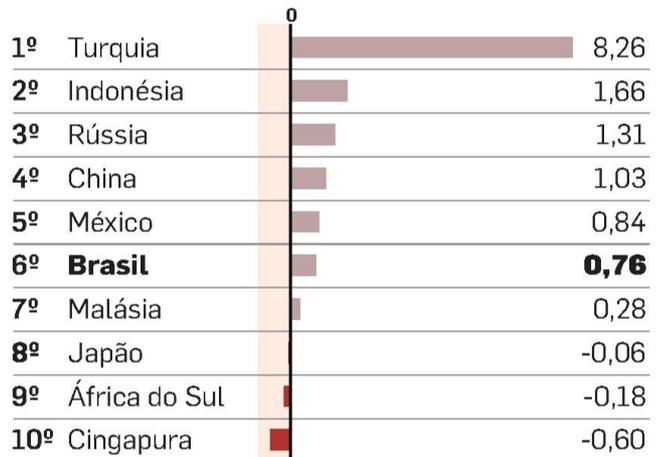
#### Selic

EM PORCENTAGEM AO ANO



#### Juro real\*

EM PORCENTAGEM AO ANO



\*TAXA DESCONTADA A INFLAÇÃO PROJETADA PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES. RANKING LEVA EM CONTA AS 40 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO

FONTES: BANCO CENTRAL, INFINITY ASSET E MONEYOU

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# O que fazer com os preços dos combustíveis (2)

*Almeida, Losekann e Rodrigues*

Nos últimos dias, assistimos mais um episódio da dificuldade de lidar com preços dos combustíveis em contexto altista. Assim como em 2018, o presidente da Petrobras, fiador da política de paridade internacional de curto prazo, perdeu seu posto.

O preço da gasolina nos Estados Unidos (Gulf Coast Conventional Gasoline Regular Spot Price), principal referência internacional, subiu 83% desde o início de novembro. Por sua vez, o preço para gasolina da Petrobras para entrega em Duque de Caxias subiu 77%.

Há três problemas econômicos relacionados ao preço dos combustíveis no Brasil. O primeiro problema é volatilidade dos preços internacionais dos derivados, que se soma à volatilidade da taxa de câmbio no Brasil. O segundo problema é o nível dos preços. O terceiro problema é o repasse dos preços das cadeias produtivas. A questão do repasse é sensível na atividade de frete, onde a sobre oferta dificulta o repasse integral das variações do preço do diesel, causando insatisfação dos caminhoneiros.

Esses três problemas têm consequências econômicas e políticas significativas. Em nossa opinião, estes problemas podem e devem ser enfrentados com políticas e instrumentos adequados, já utilizados na experiência internacional. Ao mesmo tempo, é fundamental manter o alinhamento dos preços domésticos ao mercado internacional sob pena de criar graves distorções no consumo de energia e na indústria de petróleo nacional.

A transmissão da volatilidade internacional em preços tão relevantes em termos sociais e econômicos, como diesel, GLP e gasolina, pode induzir decisões não eficiente de consumo e de investimento. A experiência internacional indica mecanismos para atenuar a volatilidade como **impostos** flexíveis e fundos de estabilização. A previsibilidade é importante na tomada de decisões de consumo e investimento produtivo.

A mudança na forma de cobrança dos **impostos**, principalmente ICMS, através de taxa fixa sobre a quantidade (R\$/litro), conforme a proposta do governo federal, ajudaria a mitigar a volatilidade. Na forma ad valorem atual, o tributo é um propagador da

volatilidade. Com base na projeção de preços, a taxa poderia ser definida anualmente. É importante destacar que essa questão, se separada da unificação de alíquotas e de seus níveis, pode ser atacada sem implicações fiscais para os Estados. A previsibilidade fiscal deveria ser benéfica à continuidade de políticas públicas dos Estados.

Os **impostos** federais (PIS/Cofins e Cide) podem ser unificados em um único imposto específico flutuante. O valor deste imposto poderia ser determinado através de uma fórmula que buscasse amortecer a volatilidade do preço dos derivados na refinaria. Cabe ressaltar que quando os preços do petróleo sobem, o governo federal aumenta sua arrecadação via royalties, participações especiais e óleo lucro do governo nos contratos de partilha.

Desta forma, seria possível reduzir o valor do imposto federal específico para mitigar o impacto nas bombas, sem perda de arrecadação pelo governo federal. Da mesma forma, a fórmula reajustaria o valor do imposto no cenário de queda dos preços nas refinarias.

A questão do repasse de preços pode gerar perdas de bem estar ao longo da cadeia. As perdas estão relacionadas às imperfeições de mercado nas etapas de produção. No caso do diesel, o repasse de alterações de seu preço para o frete é dificultado pelo excesso de oferta nessa última atividade. O tabelamento do frete, como qualquer piso de preços, é uma medida que tende a gerar distorções alocativas e seu monitoramento é inviável. Soluções específicas para proteger a renda dos caminhoneiros, que apresentem menores custos sociais do que o controle de preços, devem ser buscadas pelo governo, como ajuda à reconversão no mercado de trabalho e o refinanciamento das dívidas.

Em nosso entendimento, as ações de coordenação no mercado de combustíveis não devem descolar os preços domésticos dos preços do mercado internacional. Subsídios aos combustíveis fósseis vão na contramão da descarbonização da matriz energética. Os instrumentos fiscais devem funcionar para estimular a transição energética. O arcabouço institucional brasileiro, com upstream e downstream liberalizados, não é compatível com administração de preços.

Utilizar a Petrobras para segurar preços tem consequências desastrosas, como o período 2011 a 2014 demonstrou. A experiência do diesel em 2018 mostrou que utilizar recursos fiscais para esse fim é extremamente custoso para a sociedade em contexto de restrição orçamentária, e ineficaz.

Por fim, a busca de uma política sustentável para os preços de combustíveis no país deve fazer princípios e objetivos de longo prazo para o setor que são: i) a promoção da concorrência e da transparência de preços no mercado; ii) a busca da simplificação, racionalização e otimização tributária para reduzir não apenas a volatilidade, mas também as fraudes e sonegação; iii) o combate ao roubo de combustíveis e práticas ilegais que distorcem a concorrência setorial; e iv) a descarbonização do setor através da diversificação da matriz do setor de transporte com gás natural, biocombustíveis e eletrificação da frota.

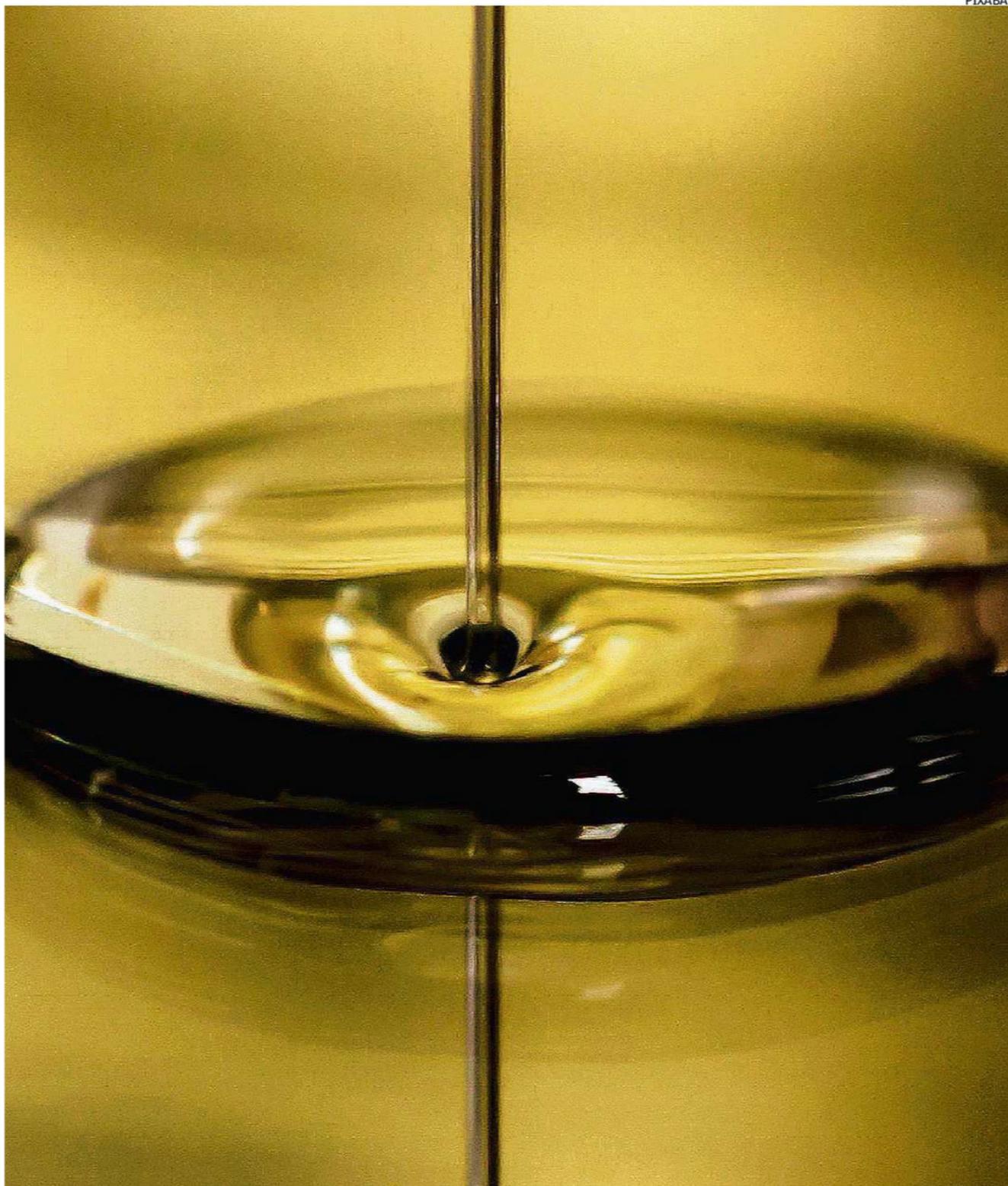
O debate político e regulatório deve ser orientado para formas de promover a efetiva competição no mercado de combustíveis. Deve-se preservar a lógica do preço de mercado competitivo de paridade de importação e os custos de internação dos derivados, no caso de importação. Com isso, seria evitado o poder de mercado por qualquer agente relevante e, por outro, estaria garantida aos novos investidores a segurança institucional de que haverá a prática de preços de mercado competitivos no ambiente de negócios brasileiro.

Edmar de Almeida, doutor em Economia pela Universidade de Grenoble, é professor licenciado do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador no Instituto de Energia da PUC-Rio.

Luciano Losekann e Niágara Rodrigues são doutores em Economia pela UFRJ e professores da Gener-UFF.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

PIXABAY



# Real continua quebrando recordes negativos - MERCADO S/A



Depois de ocupar o sexto lugar no ranking mundial das moedas mais desvalorizadas em 2020, o real dá prosseguimento à sua sina negativa. Segundo estudo da consultoria Austin Rating, o dinheiro brasileiro, agora, subiu para o quinto lugar entre aqueles de pior desempenho no planeta. Em 2021, a divisa do país caiu 7% na comparação com o dólar, perdendo apenas para as moedas de Sudão (tombo de 85,3%), Líbia (70%), Venezuela (40,4%) e Argentina (7,7%). Sob diversos aspectos, trata-se de um resultado vergonhoso. Basta dar uma espiada nas nações que rivalizam com o Brasil no lamentável ranking - todas são conhecidas pelos graves problemas estruturais - para entender o tamanho da encrenca. Ok, o dólar alto beneficia os exportadores, mas ele também aumenta, consideravelmente, os custos de produção entre os que têm despesas atreladas ao dinheiro dos Estados Unidos. Em outras palavras: o dólar para cima quase sempre aumenta a **inflação**, e esse é um risco que ameaça a claudicante economia brasileira.



"A preocupação é que, se algo acontecer, você pode não ser atendido. Então, de fato, agora dá medo. É uma situação triste e dramática" Marcelo Marangon, presidente do Citigroup no Brasil, sobre a situação da pandemia no país

1 milhão de veículos elétricos deverão ser vendidos pela Volkswagen até o final do ano, de acordo com o plano de metas estabelecido pela empresa. A montadora alemã quer liderar o segmento até 2025, superando a americana Tesla

O inaceitável e perigoso negacionismo

Apesar do caos na saúde, o negacionismo continua a cegar muita gente. Ontem, um grupo de WhatsApp formado por empresários debatia se "os números da pandemia não eram exagerados". Apesar de a maioria admitir a gravidade da situação, alguns participantes permaneciam céticos. O surpreendente é que, nesse caso, o negacionismo partiu de pessoas supostamente esclarecidas - o que só reforça como o fanatismo político é perigoso. A tragédia brasileira está aí, quer os cegos de espírito admitam ou não.

Telegram cresce, mas dívidas também

Na nova era tecnológica, o sucesso vem rápido, mas os problemas também. Criado em 2013, o serviço



AMAURI SEGALLA

russo de mensagens instantâneas Telegram, principal rival do WhatsApp, soma 550 milhões de usuários. A continuar no ritmo atual de expansão, serão 1 bilhão até o final de 2022. É de imaginar, portanto, que o Telegram seja uma máquina de fazer dinheiro. Longe disso. O aplicativo acumula dívidas de US\$ 700 milhões, e elas vencem em abril. Se não encontrar uma solução, a empresa corre sérios riscos.

#### Apps de delivery socorrem restaurantes

As empresas de delivery lançaram uma série de iniciativas para socorrer os restaurantes. A principal delas é a concessão de empréstimos. No Rappi, a ideia é liberar R\$ 100 milhões, embora as condições não tenham sido reveladas. Já o iFood aposta na redução das taxas de comissão para os restaurantes parceiros de 23% para 18%. A situação é crítica. Segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, 300 mil estabelecimentos fecharam desde o início da pandemia e outros 40 mil estão ameaçados.

#### Rapidinhas

O Sebrae realizou uma pesquisa com 6.228 pequenos empreendedores para dimensionar as dificuldades enfrentadas na pandemia. Não está fácil para ninguém. Segundo o estudo, 57% dos entrevistados sentem muita dificuldade para manter as suas operações e 65% afirmaram que as vendas em 2020 foram menores do que em 2019.

A Kinto Share, empresa de compartilhamento e aluguel de carros da Toyota, colhe bons resultados no Brasil. Desde a estreia no país, em novembro passado, o serviço incorporou 20 mil usuários, 38% acima da meta estabelecida pela empresa. Uma das estratégias da Kinto é a oferta de carros híbridos.

A Oi Soluções, provedora de soluções de TI da Oi para o mercado corporativo, criou o serviço Facilities Eficiência Energética, que otimiza o consumo de energia. Segundo a empresa, outra vantagem da iniciativa é a possibilidade de ações corretivas para evitar que os parceiros tenham consumo excedente aos seus contratos.

A pandemia acelerou a demanda por apostas on-line. Atualmente, existem 2,8 mil sites ativos - alguns cresceram de forma explosiva. A empresa sueca Betsson registrou, em 2020, um aumento de 24% em sua receita global, o que se deve, em boa parte, às receitas provenientes de apostas. No Brasil, a companhia lançou o "Betsson FC", voltado para o futebol.

# Pandemia, educação e as emendas políticas - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

TCU/DIVULGAÇÃO



JOSÉ VARELLA/CB/D.A. PRESS



## **BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA**

A COVID-19, sem dúvida, é o maior choque mundial sofrido pelos sistemas educacionais na história. Na esteira da pandemia, a América Latina e o Caribe estão vivenciando uma crise sem precedentes na área da educação que requer ação imediata para mitigar e reverter as perdas de aprendizagem, segundo novo relatório do Banco Mundial.

Logo depois do fechamento massivo de escolas, em fevereiro de 2021, não demorou muito para que perto de 120 milhões de crianças em idade escolar já haviam perdido ou estavam correndo o risco de perder um ano letivo completo de educação presencial com graves impactos. É óbvio que o registro veio na esteira da COVID-19.

E o Banco Mundial ressalta que a América Latina vive crise inédita na área educacional. E fez o alerta: a interrupção dos serviços deixa muitas crianças sem o que comer, já que ficam sem a merenda que recebem nas escolas. Isso é fato, nem precisava do banco. Aqui no Brasil, em muitos casos, a única refeição do dia é mesmo a merenda, em especial nas escolas públicas.

A COVID-19 também pode ser uma oportunidade para transformar os sistemas educacionais e desenvolver uma nova visão na qual a aprendizagem aconteça para todos, em todos os lugares. A hora é agora. Os países precisam começar a explorar um modo de melhorar a eficiência dos seus gastos em educação.

O uso inteligente da tecnologia pode oferecer oportunidades de longo prazo para um aumento da eficiência, melhor ensino e aprendizagem para os mais vulneráveis, e o fortalecimento da gestão do setor de educação.

Basta um último registro do Banco Mundial, que é a síntese da situação: não há tempo a perder. Os países da América Latina e do Caribe devem garantir, por meio de políticas e recursos adequados, que seus sistemas educacionais estejam preparados para a reabertura segura e eficaz em âmbito nacional, de modo a acelerar o processo de recuperação e correção dos dramáticos efeitos negativos da pandemia.

O jeito é dar uma passada na Câmara dos Deputados. E lá, o presidente Jair Messias Bolsonaro teve que capitular e concordou com a votação para derrubar o seu próprio veto que autoriza o pagamento das suas emendas, aquelas as que os parlamentares destinam às suas bases políticas. Do total de emendas, apenas R\$ 16,2 bilhões seriam impositivas, ou seja, o pagamento é obrigatório. Só que os deputados e senadores querem mais. Tanto que, com a derrubada do veto, o volume pode crescer. Bolsonaro até que tentou, mas aconteceu igual ao ano passado. Teve

que capitular mais uma vez.

#### A fragilidade

O texto do deputado Mário Heringer (PDT-MG) altera o Estatuto de Museus. O objetivo é evitar situações como a recentemente noticiada, de que o Ministério do Meio Ambiente pretende transformar em hotel de luxo privado o Museu do Meio Ambiente, localizado dentro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. "Esse episódio, ainda em nível especulativo, alertou-me sobre a fragilidade da legislação que cuida dos museus em nosso país", disse Heringer.

#### O avalista

"Ninguém precisa ser expert em direito para saber que, diante do valor da saúde e da vida humana, cedem todos os outros princípios, eles são sombreados."

Quem deixou claro foi o ministro Benjamin Zymler (foto), do Tribunal de Contas da União (TCU), ao dar, ontem, o aval para que o governo federal tome todas as medidas necessárias para comprar as vacinas contra a COVID-19. A autorização está na resposta a uma consulta feita ao TCU pelo ainda ministro da Saúde Eduardo Pazuello, sobre os limites jurídicos da compra de vacinas.

#### Para encerrar

Já era esperado no mercado financeiro, só que agora é fato o aumento da taxa básica dos juros. A Selic passou de 2% para 2,75% ao ano. O fato é que os economistas avaliam que o aumento dos juros vem por causa dos alimentos, combustíveis e ainda o dólar, a moeda dos Estados Unidos. Ela reflete o cenário de tensão política, fraco ritmo de vacinação e a dificuldade de conter também o aumento dos gastos públicos. Para registro, o Comitê de Política Monetária (Copom) fixa a taxa básica de juros com base no sistema de metas de inflação, olhando para o futuro.

#### As comissões

O deputado avalia que o Estatuto de Museus não estabelece os requisitos ou limites para a extinção de museus, o que abre espaço para casos como o do Rio. "A lei existe justamente porque o bom senso pode faltar e é preciso prevenção. Não podemos permitir que uma canetada tenha o poder de extinguir toda uma instituição", concluiu Heringer. Tramitação: o projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Cultura, da Constituição e Justiça e ainda da Cidadania (CCJ).

#### Briga na rede

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Brasil está atrasado na busca por vacinas contra a COVID-19 desde a época em que a pasta da Saúde era comandada por Luiz Henrique Mandetta, no começo da pandemia.. Só que o troco não demorou: "Guedes é desonesto e mentiroso. Negacionismo do governo mata pessoas e empresas. CPI já! Mais postos de saúde e menos Posto Ipiranga", escreveu o ex-ministro da Saúde, que comandou a pasta até abril do ano passado, nas suas redes sociais.

#### PINGA FOGO

"Sempre achei que estava muito certo. Essa foi minha ruína." O presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, finalmente reconheceu que estava errado na condução do país? Que nada! Foi o rapper Projota, aquele que foi eliminado no "BBB21".

Em tempo: a partir da semana que vem, os bens de capital, os equipamentos de informática e inclua ainda os de telecomunicações comprados no exterior pagarão 10% a menos de Imposto de Importação para entrar no país.

Etraz boa notícia: a medida foi aprovada ontem durante a reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex), da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex). As alíquotas reduzidas entrarão em vigor sete dias depois da publicação da resolução da Camex.

Mais um em tempo: o parlamentar mineiro do PDT Mário Heringer (foto) ressaltou que o projeto garante, nos termos da LAI, acesso livre às informações sobre reuniões do presidente

Sendo assim, o jeito é encerrar por hoje. Com a cOVID-19 atrapalhando logo a área de educação, o jeito é sair de forma educada, sem nada mais acrescentar. Já basta por hoje. FIM!

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

## O poço de Bolsonaro (3)

A avaliação de Jair Bolsonaro desceu aos mesmos níveis de maio e junho de 2020, os piores de seu governo quase sempre mal avaliado. Nas 11 pesquisas do Datafolha desde o início de seu mandato, apenas em dezembro o presidente obteve aprovação superior à reprovação, considerada a margem de erro.

Ele faz uma administração ruim ou péssima para 44% dos entrevistados na mais nova sondagem. Bolsonaro, no entanto, resiste. Para 30% do eleitorado, a gestão é ótima ou boa. Seu apoio nunca caiu abaixo desse nível, ainda considerável -em especial num momento de ápice da pandemia, **inflação** em alta e turbulência econômica.

Como em meados do ano passado, a queda da popularidade coincide com um pico de mortes provocadas pela Covid-19. Hoje, 54% dos brasileiros aptos a votar consideram ruim ou péssimo o desempenho do mandatário no combate à doença, ante 50% em maio de 2020.

Uma diferença maior em relação a meados do ano passado se dá na situação econômica. A despeito da incerteza causada pelo avanço descontrolado da epidemia e pela escassez de vacinas, o nível da atividade e mesmo do emprego melhorou -embora esteja longe de patamares satisfatórios e seguros.

O volume da vociferação e das atividades antidemocráticas públicas do presidente também baixou. A sempre elevada percepção quanto a sua incompetência, porém, voltou a subir neste ano.

Bolsonaro "não tem capacidade de liderar o Brasil" para 56% do eleitorado. É "o principal culpado pela situação atual da pandemia hoje no Brasil" para 43% (ante 17% dos governadores e 9% dos prefeitos). Mais: 45% do público "nunca confia" no que ele diz. Ainda assim, não há maioria a favor de seu impeachment ou renúncia.

Trata-se do bastante para que o presidente mantenha sua sustentação parlamentar. No entanto a adesão do centrão ao governante de turno é, por natureza, volátil.

Mulheres, cidadãos com renda familiar mais alta, com ensino superior, pessoas que se declaram pretas, moradores do Nordeste e desempregados têm em geral as opiniões mais negativas. Empresários, notadamente a mais positiva.

Apesar de a Covid-19 elevar sobremaneira o risco de uma recaída recessiva, ainda não há certeza sobre o seu efeito nos negócios e nos empregos após abril. Mesmo com inépcia grosseira, além dos atos de sabotagem oficial, é possível que o país atinja um número relevante de pessoas vacinadas em maio.

Consideradas essas dimensões do humor nacional, é possível que haja certo alívio em meados do ano. Auxílio emergencial, alguma retomada econômica e vacinas podem, em teoria, devolver a Bolsonaro alguns pontos de popularidade.

Parte do país terá agido para evitar o pior, mesmo acossada pelo ocupante do Planalto -do qual sempre se podem esperar novas iniciativas contra os brasileiros e sua própria administração.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49469>

# BC surpreende, eleva juro em 0,75 ponto e sugere que vai repetir a dose em maio

**Larissa Garcia e Fábio Pupo**

A escalada persistente dos preços, observada nos últimos meses, levou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central a elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, nesta quarta (17).

A Selic estava desde agosto do ano passado em seu menor patamar, a 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19.

A decisão de aumentar os juros em 0,75 ponto percentual surpreendeu porque veio acima das expectativas do mercado. A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg esperavam elevação de 0,5 ponto -alguns apostavam em alta mais gradual, de 0,25.

O comitê justificou que os indicadores recentes de atividade econômica mostram recuperação da economia e que as expectativas de **inflação** foram revisadas para cima. Segundo o texto, uma alta mais acentuada da taxa de juros reduz a probabilidade de que a meta não seja cumprida neste ano.

"Os membros do Copom consideram que o cenário atual já não prescreve um grau de estímulo extraordinário [juros muito baixos]. O **PIB** encerrou 2020 com crescimento forte na margem, recuperando a maior parte da queda observada no primeiro semestre, e as expectativas de **inflação** passaram a se situar acima da meta no horizonte relevante de política monetária", pontua o **comunicado** da decisão.

"Adicionalmente, houve elevação das projeções de **inflação** para níveis próximos ao limite superior da meta em 2021."

O BC ponderou que os indicadores ainda não refletem a piorada pandemia e as novas medidas de restrição.

"Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes, em particular a divulgação do **PIB** do quarto trimestre, continuaram indicando recuperação consistente da economia, a despeito da redução dos programas de recomposição de renda. Essas leituras, entretanto, ainda não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19" diz o **comunicado** da decisão.

"Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro e segundo trimestres deste ano", completa.

Ainda assim, o BC afirmou que, mesmo com os novos lockdowns, o aumento da taxa de juros é adequado.

"Na avaliação do comitê, uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como o benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a **inflação** deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos", diz.

"Além disso, o amplo conjunto de informações disponíveis para o Copom sugere que essa estratégia é compatível com o cumprimento da meta em 2022, mesmo em um cenário de aumento temporário do isolamento social."

Essa foi a primeira elevação desde julho de 2015, quando a autoridade monetária decidiu subir os juros em 0,5 ponto, a 14,25% ao ano.

O Copom sinalizou que, na próxima reunião, em maio, pode fazer mais um aumento de 0,75 ponto, o que elevaria a Selic para 3,50%.

"Para a próxima reunião, a menos de uma mudança significativa nas projeções de **inflação** ou no balanço de riscos, o comitê antevê a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude", informou.

"O Copom ressalta que essa visão para a próxima reunião continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, e das projeções e expectativas de **inflação**."

O controle da **inflação** é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a **inflação** está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

Em suas comunicações oficiais mais recentes, o BC reiterou que a **inflação** era temporária. Entretanto, na decisão passada, em fevereiro, o Copom já admitiu que se prolongou além do esperado e abandonou o compromisso de não subir juros, chamado de "forward guidance".

O país convive com o agravamento da pandemia, que deve impactar a atividade econômica. Ao mesmo tempo, o brasileiro vê seu poder de compra ser corroído pela **inflação**.

Mesmo com resposta mais agressiva que a esperada pelo mercado à **inflação**, a autoridade monetária repetiu a avaliação de que o choque de preços é temporário.

"Apesar de a pressão inflacionária de curto prazo se revelar mais forte e persistente que o esperado, o comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução", diz.

Segundo o relatório Focus desta semana, no qual o BC divulga as projeções do mercado, os economistas subiram mais as expectativas de **inflação** para 2021, que ficaram em 4,60%. A previsão está acima do centro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual. Há um mês, a estimativa era de 3,62%.

Segundo o levantamento, o mercado espera que a Selic termine o ano a 4,50%, com nova alta de 0,5 ponto em maio.

O BC também subiu as expectativas de **inflação**. Na análise feita com a taxa de juros da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de US\$ 5,70, as projeções são de 5,0% para 2021 e 3,5% para 2022.

O cenário supõe que a Selic se eleve para 4,50% ao ano em 2021 e para 5,50% ao ano em 2022. As expectativas para a **inflação** de preços administrados são de 9,5% para 2021 e 4,4% para 2022.

Em fevereiro, o IPCA, considerado o índice de **inflação** oficial, ficou em 5,20% no acumulado dos 12 meses, perto do teto da meta, pressionado principalmente por alimentos e combustíveis.

Na avaliação do BC, permanecem fatores de risco para a **inflação** em ambas as direções - a baixa atividade com o agravamento da pandemia pode segurar os preços e o desequilíbrio fiscal pode puxá-los para cima.

"Por um lado, o agravamento da pandemia pode

atrasar o processo de recuperação econômica, produzindo trajetória de **inflação** abaixo do esperado. Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco", explica.

Para o Copom, porém, o risco fiscal é mais acentuado.

"O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a **inflação** acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária", diz o texto.

No cenário externo, na avaliação do BC, novos estímulos fiscais em países desenvolvidos, unidos ao avanço da implementação dos programas de vacinação contra a Covid-19, devem promover uma retomada mais robusta da atividade ao longo do ano.

José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, disse que a decisão foi surpreendente e equivocada. "Não é um exagero. Foi errado", afirmou.

Ele diz que o texto sobre a decisão destoou da realidade observada no cenário econômico, com avanço da pandemia e perspectiva de novas medidas de distanciamento.

"Não consigo concordar com quase nada do que está escrito [no **comunicado**]", afirmou. "A ênfase dada à recuperação da atividade econômica é surpreendente, e considero extremamente complicada a omissão dos evidentes efeitos do fim do auxílio", disse.

Para ele, a decisão compromete a retomada da atividade econômica. "A recuperação já estava em xeque mesmo com a Selic a 2%, e esse movimento piora as possibilidades" disse.

O eventual aumento de 0,75 ponto na próxima reunião do Copom não teria respaldo, em sua visão. "O ritmo com que se pretende fazer isso e o argumento ligado à atividade realmente não batem", disse.

Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messer Investimentos, diz que a elevação foi mais forte que o necessário. "Acho que a atividade econômica está comprometida, sim, e eu ficaria na casa do 0,5 [ponto percentual], que seria o adequado diante do cenário que vemos neste trimestre."

"Estamos num país com queda na atividade econômica muito forte, com aumento nos lockdowns e restrições. Sem contar a desorganização no plano de vacinação. Tudo isso pesa. A gente não tem uma expectativa [de forte crescimento] diante de toda a queda da atividade econômica e agora com o

agravamento da crise do coronavírus. Esse é um ponto que preocupa", afirma.

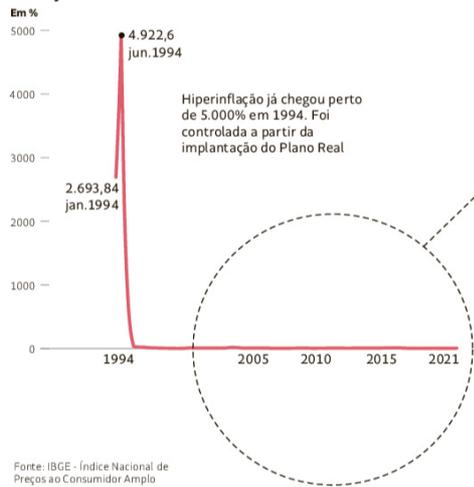
Ele destaca ainda que o Copom mostrou uma postura diferente do observado na reunião anterior-mais preocupado com a **inflação** e o cenário fiscal.

"Ele [Copom] coloca uma frustração em relação à continuidade da agenda reformista e o quanto isso eleva os prêmios de risco. Por isso, vem destacando a cada ata a preocupação com as reformas e com essa agenda fiscal, que vem perdendo força", afirmou.

Étore Sanchez, economista-chefe Ativa Investimentos, afirma que o Copom minimizou no **comunicado** o recrudescimento da pandemia e o aumento do distanciamento social. "Ou seja, mesmo se piorar, o BC irá elevar os juros."

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

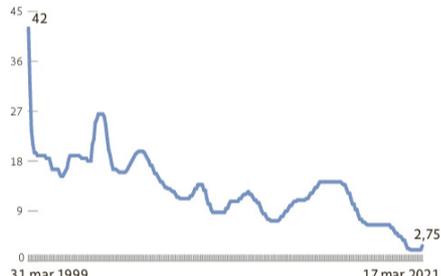
**Varição do IPCA acumulado em 12 meses**



**Copom eleva a taxa básica de juros**

Meta Selic

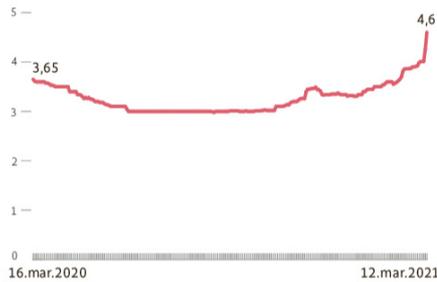
Em %



\*Mediana das projeções do Focus para o fim de 2021 Fonte: Bloomberg, Boletim Focus (BC) e Banco Central

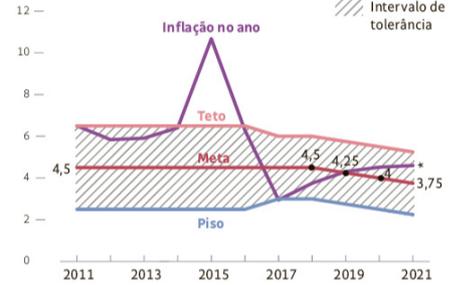
Mediana das expectativas do mercado para IPCA em 2021

Em %



Meta de inflação anual

Em %



# Fed espera juro zero até 2024 e crescimento dos EUA de 6,5% neste ano; Bolsa sobe 2,21%

**Júlia Moura**

O Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, projetou nesta quarta-feira (17) um rápido salto no crescimento econômico do país neste ano, à medida que a crise da Covid-19 perde força, e repetiu a promessa de manter sua meta de juros próxima de zero nos próximos anos.

O banco central norte-americano agora vê a economia crescendo 6,5% em 2021, com a taxa de desemprego caindo para 4,5% até o fim do ano, em comparação com crescimento de 4,5% e desemprego de 5% projetados em sua reunião de política monetária de dezembro.

O ritmo de altas de preços deve agora superar a meta de 2% do Fed para o ano, atingindo 2,4%, antes de cair de novo em 2022.

"Indicadores de atividade econômica e emprego subiram", disse o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) em um **comunicado** que manteve a taxa de juros de referência em uma faixa de zero a 0,25%.

A melhora no cenário econômico do Federal Reserve não alterou imediatamente as expectativas das autoridades em relação aos juros. A estimativa é que as taxas sejam mantidas em zero ao menos até 2024.

Em reação ao cenário traçado pelo Fed, o Ibovespa fechou em alta de 2,21%, a 116.549,44 pontos, maior valor desde 19 de fevereiro.

O dólar recuou 0,53%, para R\$ 5,5860. O turismo está a R\$5.757-

A cotação da moeda americana vinha em alta ao longo de todo o dia, seguindo movimento externo de força do dólar. Na máxima, chegou a R\$5,68.

O movimento, porém, se inverteu após o **comunicado** do Fed, às 15h. Em entrevista coletiva na sequência, Jerome Powell, presidente do Fed, não demonstrou preocupação com a **inflação** americana nem expressou receio quanto ao recente salto nos

rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA.

O **comunicado** do Fed e a entrevista de Powell "claramente mostram um cenário mais calmo para os Estados Unidos em termos inflacionários, na contramão do contexto no Brasil. Sem juros altos a curto e médio prazo, com liquidez garantida", afirmou Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset.

Em Nova York, o S P 500 subiu 0,29%, o Dow Jones, 0,58%, e a Nasdaq, 0,40%.

No Ibovespa, uma das maiores altas da sessão foi da Cosan, que subiu 7,37%, um dia depois de o BTG Pactual manter recomendação de compra para a ação e o diretor financeiro da Cosan dizer que o momento parece mais favorável à realização de uma oferta de ações da Raízen antes de uma operação envolvendo a Compass.

Já a Sabesp se valorizou 5,78%, após a manutenção de vetos referentes à atualização da lei sobre saneamento básico no país.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

**6,5%**

é a estimativa do Fed para o crescimento dos EUA neste ano

**4,5%**

é a projeção para a taxa de desemprego

**2,4%**

é a estimativa para a inflação

# "Remédio amargo", alta do juro foi "ousada", afirma empresário



O mercado esperava 0,25 ou 0,50 ponto percentual [de alta na Selic]. Foi um gesto ousado, mas necessário. É um remédio amargo, mas que precisamos tomar

**Flávio Rocha**  
Riachuelo



[O BC] Mirou a inflação, que é de fato o custo mais injusto para os mais pobres. Esfria a economia, e é uma pena, já que pode vir a afetar decisões de investimento e, conseqüentemente, emprego

**Horácio Lafer Piva**  
Klabin



Os produtos vão ficar mais caros e vai diminuir o consumo, e isso afeta o emprego. Política monetária de aumento de juros é para frear a economia, que já está freada

**José Ricardo Roriz Coelho**  
presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico

## **Bruna Narcizo**

A decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central de elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, surpreendeu empresários.

"O mercado esperava 0,25 ou 0,50 ponto percentual. Foi um gesto ousado, mas necessário", afirmou Flávio Rocha, da Riachuelo.

Segundo ele, a alta de juros não é boa para quem empreende. "Sobretudo nesse momento, com as cadeias produtivas abaladas e o monstro da **inflação** rondando. É um remédio amargo, mas que precisamos tomar"

Horácio Lafer Piva, da Klabin, chamou a decisão de inevitável. "[O Banco Central] Mirou a **inflação**, que é de fato o custo mais injusto para os mais pobres. Esfria a economia, e é uma pena, já que pode vir a afetar decisões de investimento e, conseqüentemente, emprego."

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), no entanto, chamou a medida do BC de precipitada.

"Apesar dos choques de oferta que a economia vem sofrendo, ainda paira muita incerteza sobre o horizonte

econômico de médio prazo. Por isso, entendemos que a elevação da Selic não é a melhor solução neste momento", afirmou a entidade.

A federação também diz que a elevação da Selic "dificulta o cenário para a atividade econômica em 2021, que já enfrenta inúmeros desafios em razão da persistência da pandemia".

Para a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), a alta é incompatível com o cenário econômico atual, "distante do seu nível potencial, com taxas de desemprego elevadas e muitas incertezas quanto aos efeitos da pandemia".

Para José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), a elevação dos juros vai contribuir para um aumento do desemprego.

"Os produtos vão ficar mais caros e vai diminuir o consumo, e isso afeta o emprego. Política monetária de aumento de juros é para frear a economia, que já está freada."

Roriz também afirmou que não acredita que o aumento da Selic vá conter a **inflação** ou a desvalorização do real. "O que contém a **inflação** é que as pessoas estão com menos dinheiro e consumindo menos, e 0,75 [ponto percentual] de elevação não vai trazer o dinheiro especulativo que multinacionais colocavam aqui na época que tínhamos os juros mais altos do mundo."

Na avaliação da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), a decisão do Banco Central não vai trazer prejuízos ao processo de retomada do mercado imobiliário.

"Apesar do aumento da Selic, os juros seguem em patamares baixos, permitindo que as famílias continuem em busca da casa própria e os investidores confiantes no mercado", afirmou Luiz França, presidente da entidade, em nota.

Para o presidente da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), Synésio Batista da Costa, o Banco Central deve estar prevendo turbulências. "Não gosto, mas foi a atitude adequada. O BC tinha que fazer"

Para Fabio Barbosa, sócio-advvisor Gávea Investimentos, a elevação da Selic foi corajosa e correta.

"Era necessário o BC dar uma mensagem clara quanto ao seu compromisso de controlara **inflação** que apresenta sinais preocupantes", disse ele.

Idear do Lacerda, presidente do BR Partners Banco de Investimentos, afirmou que, mesmo com a economia mais fraca, a demora na aprovação das reformas e a deterioração fiscal inviabilizam a manutenção de uma taxa real de juros negativa no Brasil.

"A mudança de comportamento do Banco Central, com um viés mais duro, é acertada. A política monetária precisava de um choque de credibilidade para conter a desvalorização excessiva da moeda, com evidentes consequências inflacionárias."

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Cai imposto de importação sobre celular e PC

**Bernardo Caram e Fábio Pupo**

O governo anunciou nesta quarta-feira (17) uma redução de 10% no imposto de importação sobre produtos de informática, telecomunicações e bens de capital (máquinas e equipamentos).

De acordo com o Ministério da Economia, a medida, que inclui celulares e computadores, vai reduzir o custo de equipamentos usados pelo setor produtivo, além de baratear itens de consumo em geral.

A decisão, tomada em reunião do Comitê-Executivo de Gestão da Camex (Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia), alcança 1.495 produtos que não dependem de negociação com os demais membros do Mercosul.

Segundo o Ministério da Economia, a medida deve gerar uma renúncia anual de arrecadação de US\$ 250 milhões (cerca de R\$ 1,4 bilhão).

O corte nas alíquotas começa a valer sete dias após a publicação da resolução, o que deve ser feito nesta quinta (18).

Atualmente, essas taxas variam de zero a 16%. Com a redução, uma máquina que hoje paga 10% de imposto, por exemplo, passará a pagar 9%.

Um produto com imposto de 16%, como é o caso de celulares e notebooks, passará a ser cobrado com alíquota de 14,4%.

Além disso, todos os itens que têm alíquota de 2% terão a cobrança zerada.

Também serão reduzidas as tarifas de produtos como guindastes, escavadeiras, empilhadeiras, locomotivas, contêineres e máquinas para panificação e para fabricação de cerveja.

O secretário especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Roberto Fendt, afirmou que o governo não vai "repetir erros do passado" e não avalia conceder benefícios para setores específicos, mas sim promover uma abertura linear da economia.

"A abertura deve abordar todos os setores e deve ser gradual. Não há nenhuma razão para que haja um

choque na economia. Ela deve ser lenta, segura e previsível" disse.

Pelas projeções da pasta, a medida tem potencial para adicionar R\$ 150 bilhões ao **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro ao longo de 15 anos. No mesmo período, o ministério acredita que a medida possa estimular a criação de 20 mil empregos.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Produtos da cesta básica ficam 33% mais caros



Nos dois primeiros anos de governo Jair Bolsonaro, a capacidade de compra do brasileiro assalariado encolheu. Entre o início deste ano e o mesmo período em 2019, o preço da cesta básica de alimentos subiu 32,56%.

Com R\$ 100 em janeiro de 2019, o consumidor saía do supermercado com 11 produtos básicos, como arroz, feijão, açúcar e café e ainda poderia levar um quilo de carne de primeira, pão francês e queijo muçarela.

Até um pacote de biscoito recheado poderia entrar no carrinho.

Em abril de 2020, quando o auxílio de R\$ 600 começava a ser pago, os preços já estavam mais altos, e isso exigiu que o consumidor fizesse escolhas.

Com esses mesmos R\$ 100, a carne de primeira teve de ser cortada.

No lugar, entrou o frango resfriado.

Assim, manteve o mesmo número de itens, mas precisou escolher uma proteína mais em conta.

Quase um ano depois, o paulistano consegue, com os mesmos R\$ 100 no bolso, levar mais itens para casa, mas terá de abrir mão das quantidades e fazer mais substituições.

Os 5 kg de arroz terão de ser trocados por 3 kg. O biscoito recheado já não entrará na cesta de compras, e o quilo da muçarela será cortado pela metade. Com as reduções, ele conseguirá manter a compra do frango e levar macarrão e extrato de tomate.

Auxílio O governo deve retomar os pagamentos do

auxílio em abril, mas em valor inferior. Em média, será de R\$ 250. Com esse dinheiro, o beneficiário conseguirá comprar, em São Paulo, cerca de 39% de uma cesta completa de alimentos. Na capital paulista, ela custou, em média, R\$ 639,47.

Hoje, o brasileiro gasta em média mais da metade (54,23%) do salário mínimo líquido para comprar a cesta básica. Na cidade de São Paulo, que detém o segundo maior preço pelo conjunto de produtos, o percentual de comprometimento chega a 62,85%.

"Se você pensar em uma família de baixa renda, em que todos são informais, eles já perderam renda na pandemia e agora estão sem o auxílio. As possibilidades vão ficando cada vez mais restritas, e o acesso a uma alimentação completa e três refeições vai diminuindo", diz Patrícia Costa, supervisora da pesquisa de preços do Dieese.

Arroz mais que dobrou O pacote de arroz com cinco quilos, que há dois anos custava R\$ 11,84, em média, na capital paulista, chegou a R\$ 24,02 em janeiro. O preço mais que dobrou, segundo a pesquisa feita pelo Dieese com o Procon- SP.

O presidente chegou a pedir aos varejistas lucro "próximo de zero" após a disparada no preço.

A alta dos alimentos durante a pandemia foi quase o triplo da **inflação** oficial, medida pelo IPCA.

Enquanto o índice registrou variação de 5,20% nos 12 meses até fevereiro, a alta de preços na cesta de alimentos passou de 20% em 12 capitais.

Com isso, a lista de compras teve que encolher ou mudar para acomodar a mesma renda. "O poder de compra de fato encolheu. A **inflação** geral ficou em 5%, mas a dos alimentos está em 15%, e nossa cesta acumula 24% em São Paulo. A conta não fecha", diz Patrícia.

Já em fevereiro, o preço da cesta básica caiu na maioria das capitais, segundo Patrícia, reduzindo o impacto das altas.

SAIBA MAIS

» Na avaliação de Patrícia Costa, o resultado mostra o

efeito da combinação de oscilações sazonais, como o aumento no escoamento de produtos como batata e tomate, com a redução da demanda interna.

» Com o fim do auxílio, milhares de famílias tiveram redução de renda.

» "O auxílio foi muito importante para que as pessoas continuassem comendo. Em janeiro, você já começa a ver que essa população passa a ter dificuldade de comprar alimentos." » "Já vemos as pessoas comprando menos produtos como manteiga e queijo, está havendo menor demanda. No ano passado, houve aumento expressivo no consumo desses alimentos", diz.

» O salário mínimo, hoje em R\$ 1.100, foi reajustado, na passagem de 2020 para 2021, em índice inferior ao do INPC, outro indicador calculado pelo IBGE e usado como referência para o aumento do piso e das aposentad orias.

Tempo difícil para pequeno empresário

O pequeno empresário chega a um ano da pandemia, declarada no começo de março de 2020, com o caixa baixo, acúmulo de funções no negócio e a tarefa de continuar transformações para sobreviver ao momento mais preocupante da covid-19 no Brasil.

Desde fevereiro, o dentista Fábio Masson, 42, à frente do Centro Odontológico Sorriso.com, em Santo André (ABC), tem observado uma retração da clientela, depois de ter registrado uma alta na procura no fim do ano passado.

"Diminuí muito minha margem de lucro por causa da **inflação**, mas, ainda assim, o cliente não vem. É uma situação propícia para quebrar.

O estresse é grande, é difícil dormir à noite", diz.

Saída digital Com a crise, o empresário teve de demitir metade da equipe. Mesmo acumulando funções, ele começou a fazer um curso de redes sociais.

"É um investimento e uma tarefa a mais em uma rotina já conturbada.

Mas tenho a clínica há 17 anos, e hoje só o boca a boca não é mais suficiente.

A pandemia nos ensinou isso rapidamente", diz.

Além de preparar conteúdo para as redes sociais, ele planeja uma estratégia para começar com anúncios pagos, com o intuito de conquistar novos pacientes.

Após um ano da migração para o digital, os empresários agora têm de aprender a usar recursos online em todo seu potencial, diz Rafael Moreira, economista do Sebrae.

Isso significa avançar em campanhas feitas pela internet, aumentar presença em marketplaces e explorar ferramentas como o CRM (Gestão de Relacionamento com o Cliente, em português), usado na venda virtual em maior escala.

O sistema é um dos recursos usados por Fábio em seu consultório, utilizado para gerar informações sobre clientes e manter contato por e-mail.

Mas, mesmo com o esforço de vendas, ele precisou recorrer a linhas de crédito.

E só conseguiu ter acesso às tradicionais, já oferecidas pelos bancos antes da crise.

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-e85f439bc16dc2341eb5957a1e9c2f5f.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-e85f439bc16dc2341eb5957a1e9c2f5f.pdf)

## Marcha lenta no início do ano (3)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou a criação de 260 mil empregos formais em janeiro como um sinal de forte retomada dos negócios, mas os números da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram uma atividade em ritmo ainda lento. Segundo o Monitor do PIB-FGV, o ano começou com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo 0,5%. Esse ritmo é quase igual, e até um pouco inferior, à média dos três meses finais de 2020: 0,2% em outubro, 0,8% em novembro e 1% em dezembro. O ministro mencionou também, no seu comentário otimista, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), com aumento de 1,04% sobre o nível de dezembro.

Foi o dobro, observou Guedes, do crescimento estimado pelos economistas do mercado. Mas o entusiasmo, também nesse caso, pode ter sido excessivo.

O Monitor, divulgado um dia depois da fala do ministro, é mais detalhado que o índice do BC e coincide com a estimativa de 0,5%. Pelos cálculos da FGV, o PIB de janeiro foi 0,8% menor que o de um ano antes. Além disso, uma queda de 4,1% foi apontada pelos números acumulados em 12 meses. Um recuo de 4,04% havia sido apontado pelo IBC-Br, mas essa é a diferença menos significativa.

Os detalhes do Monitor compõem um cenário mais vivo da evolução dos negócios. Nesse quadro, dois dos três grandes setores cresceram em janeiro sobre a base de dezembro. A agropecuária avançou 0,6% no mês e 1,9% em 12 meses, mantendo-se como o componente mais vigoroso da economia brasileira.

Os serviços cresceram 0,9% em janeiro, mas o resultado de 12 meses ainda foi um recuo de 4,5%, explicável. Serviços pessoais foram muito atingidos pelo isolamento, mesmo parcial, das famílias.

Único setor com desempenho negativo no começo do ano, a indústria recuou 0,6%, com perdas nas áreas de transformação (-0,6%) e de construção (-0,7%). A indústria extrativa, com avanço de 1,7%, limitou o recuo geral do setor. Mas os problemas desse conjunto, especialmente da indústria de transformação, começaram a acumular-se antes da recessão de 2015-2016. Uma ampla recuperação do setor envolverá muito mais que a retomada dos níveis de produção anteriores à pandemia.

Embora mostre uma atividade econômica em ritmo ainda moderado no início do ano, o Monitor

proporciona poucos elementos para uma avaliação de tendências. Os dados até agora conhecidos apontam um primeiro trimestre com resultados ainda fracos. Os números da indústria automobilística mostram um quadro nada entusiasmante.

As montadoras fabricaram em fevereiro 1,3% menos que em janeiro e 3,5% menos que um ano antes. A produção no bimestre foi 0,2% maior que a de janeiro-fevereiro de 2020, mas a recuperação mal começou.

Em 2020 foram produzidos 2,01 milhões de unidades, 931 mil a menos que no ano anterior.

O ganho de 805 unidades observado na comparação entre os primeiros bimestres é pouco significativo.

O aperto financeiro das famílias também parece indicar um primeiro trimestre medíocre ou abaixo disso. Sem o auxílio emergencial, suspenso desde janeiro, essas famílias foram forçadas a limitar o consumo.

Além disso, seu poder de compra tem sido afetado pela **inflação**.

O auxílio será parcialmente restabelecido, mas os pagamentos só devem começar em abril.

Os últimos dados gerais do emprego, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrem o trimestre final de 2020. Os desocupados nesse período eram 13,9 milhões de pessoas (13,9% da força de trabalho). O quadro geral pouco deve ter mudado, mesmo com os dados positivos do trabalho formal em janeiro.

O alto desemprego certamente continua restringindo o consumo, e as condições do mercado de trabalho pouco deverão mudar sem uma intensificação do crescimento econômico. O reinício do auxílio emergencial é uma das medidas possíveis para isso. Especialmente importante, no conjunto dessas medidas, é o enfrentamento mais firme da pandemia, com vacinação mais ampla e mais veloz e um comprometimento mais claro do governo federal. Pelo menos o ministro da Economia parece ter percebido esse fato.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O enigma do novo gatilho de 95% - RIBAMAR OLIVEIRA

**RIBAMAR OLIVEIRA**

Há uma unanimidade entre os analistas de que a despesa obrigatória da União, submetida ao teto de gastos, só vai ultrapassar 95% da despesa total em 2024 ou 2025. Este é o novo gatilho que dispara as medidas de ajuste das contas, introduzido pela PEC Emergencial, promulgada como emenda constitucional 109.

O problema do novo gatilho, no entanto, não está apenas na demora para ele ser acionado, mas também no fato de que se a despesa obrigatória chegar a 95% da despesa total, vários serviços públicos à população já estarão paralisados, ou, como preferem dizer os economistas, a administração estará em "shutdown". Assim, a fixação do gatilho em 95% foi claramente um erro.

Em ofício ao Congresso Nacional, datado de 14 de dezembro de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs mudança na meta fiscal deste ano e reestimou a receita e a despesa da União para 2021, uma vez que os parâmetros utilizados na elaboração do projeto de lei orçamentária anual (PLOA), em agosto do ano passado, estavam ultrapassados.

Nele, Guedes informa que o governo passou a trabalhar com despesas discricionárias de R\$ 96,2 bilhões, incluindo neste valor as emendas parlamentares, que, embora sejam impositivas, podem sofrer contingenciamento. O valor corresponde a 6,47% da despesa total da União submetida ao teto. As despesas discricionárias são os investimentos e o custeio da máquina, que o governo não é obrigado por lei a executar.

As despesas obrigatórias submetidas ao teto, por sua vez, estão em 93,53% do limite total do gasto definido para este ano, de R\$ 1.485,9 bilhões. Este percentual é uma aproximação porque o cálculo tem que ser feito, de acordo com a EC109, para cada Poder e órgão público, pois eles possuem limites de despesa individualizados. Mas essa abertura de dados não está disponível no ofício do ministro. Sem as emendas parlamentares, as despesas discricionárias caem para R\$ 79,9 bilhões neste ano, o menor patamar da série histórica.

Mesmo com esse nível muito baixo para os

investimentos e o custeio da máquina, o gatilho não é acionado, o que mostra o equívoco cometido. Uma conta simples demonstra a armadilha que foi criada. As despesas discricionárias teriam que cair mais 1,47 ponto percentual (6,47% menos 5%) da despesa total para que as medidas de ajuste possam ser adotadas. Ou seja, para chegar a 5% da despesa total neste ano, as discricionárias teriam que ser reduzidas para R\$ 74,3 bilhões, incluindo as emendas parlamentares, o que inviabilizaria a administração.

Em resumo, a EC 109 estabeleceu um gatilho que só poderá ser acionado quando a administração pública estiver em "shutdown". Com um agravante: como não se pode reduzir as emendas parlamentares, que estão indexadas pela **inflação**, o aumento futuro das despesas obrigatórias terá que ser compensado sempre com o corte do investimento e do custeio.

As razões que levaram à escolha de 95% como novo gatilho das medidas de ajuste são um enigma. Importantes integrantes da equipe econômica do governo defenderam que o gatilho ficasse em 94%. Então, porque o percentual de 95% prevaleceu? Este colunista apurou que foi uma decisão política do governo e ouviu que, até hoje, ela gera incômodo na área técnica.

Se o gatilho tivesse ficado em 94%, havia o risco de ele disparar já em 2022, ano eleitoral, com a adoção obrigatória de medidas impopulares de contenção de despesas. É difícil acreditar que a razão tenha sido esta porque, para evitar desgaste eleitoral, o governo optou por um percentual que não será atingido, pois, antes disso, a administração estará em "shutdown".

Para que o leitor não perca o fio da meada, o objetivo original da PEC 186 era corrigir o principal problema do teto de gastos. Devido à má redação da emenda constitucional 95/2016, que instituiu o teto, o gatilho que acionava as medidas de ajuste das contas não disparava. Não havia maneira de o governo adotar medidas de contenção das despesas. Como as despesas obrigatórias não param de crescer, os investimentos e o custeio foram minguando cada vez mais.

No texto da PEC 186 que o governo enviou ao Congresso, em novembro de 2019, o gatilho disparava toda vez que a chamada "regra de ouro" das finanças

públicas, que proíbe o aumento da dívida para pagar despesas correntes, não estivesse sendo cumprida.

Este referencial foi alterado e o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), com a concordância do governo, foi buscar o gatilho de 95% que constava da PEC 188.0 resultado de tudo isso é que o gatilho que consta da EC 109 não permite acionaras medidas de ajuste para evitar o "shutdown" da administração e, portanto, não resolve o problema que estava colocado na EC 95.

Uma nova polêmica ganhou corpo entre os especialistas em finanças públicas. A PEC 186 instituiu, como foi dito nesta coluna em fevereiro passado, um novo marco para as finanças públicas. A âncora fiscal passou a ser a trajetória da dívida pública que será perseguida pelos governos federal, estadual e municipal. As metas de resultado primário serão definidas de forma a permitir que a trajetória da dívida seja cumprida. Para isso, os governos terão que adotar medidas de contenção de despesas e elevação de receitas que permitam alcançar as metas.

A raiz cia polêmica está no fato cie que o artigo da EC 109, ao tratar desta questão, prevê aprovação de lei complementar especificando "a trajetória de convergência do montante da dívida com limites definidos em legislação". O artigo 52 da Constituição define que é competência privativa do Senado fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos municípios. A discussão é se a EC 109 invadiu uma competência cio Senado.

Na interpretação do Ministério da Economia, não há conflito entre o artigo 52 cia Constituição e a EC 109. Atribuição do Senado, de acordo com esse entendimento, é fixar limite máximo para o endividamento dos entes. E o objetivo da EC 109 é fixar limites prudenciais para definir uma trajetória para a dívida, que, se superados, acionam os gatilhos das medidas de ajuste.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras E-mailribamar.oliveira@valor.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Fed reafirma política e prevê juro perto do zero até 2023 (3)

O Federal Reserve americano não mudará um milímetro de sua política monetária, ainda que a economia dos Estados Unidos esteja a caminho de exibir sua melhor performance em décadas e crie o receio de volta da **inflação**. Ontem, ao fim da reunião de seu Comitê de Mercado Aberto, os membros do Fed, ao mesmo tempo em que elevaram significativamente suas projeções de crescimento de 4,2% para 6,5%, mantiveram a grosso modo suas previsões para os juros, que continuam sem variação até o fim de 2023, entre 0,1 % e 0,25%.

O temor dos investidores de que o pacote de estímulos de US\$ 1,9 trilhão trará a **inflação** antes que o esperado, expresso na alta dos títulos de longo prazo, foi recebido com impassibilidade por Jerome Powell, presidente do banco. Ele disse que a instância altamente estimulativa da política monetária continua sendo a mais apropriada e que ela só mudará quando as duas conhecidas condições econômicas forem atendidas: o país se mover para bem perto do pleno emprego e a **inflação** der sinais claros de que chegou a 2%, com tolerância para que ela avance além disso por algum tempo.

Houve mudanças na percepção dos integrantes do comitê. Quatro dos 18 membros que apresentam projeções veem a taxa de juros se movendo já no ano que vem-em dezembro, era apenas um-e sete deles em 2023. Ainda assim, o ritmo do ciclo de alta seria bastante moderado. Em 2022, para quem acha que a taxa deveria subir, ela poderia ficar no máximo em 0,75%. Para 2023, em 1,25%.

Isso, no entanto, não indica que o Fed vá agir de acordo com essas expectativas. "Queremos ver progressos reais da **inflação**, e não só progressos das projeções, que precisam se materializar", disse Powell. Ainda que a economia esteja respondendo bem aos estímulos e à campanha acelerada de vacinação em massa, as incertezas sobre o futuro ainda são "enormes", segundo Powell. Ele repetiu o mantra de que o Fed não será complacente e que manterá os estímulos até quando a recuperação estiver completa.

As projeções também deixaram dúvidas sobre a orientação da política do banco. O índice de gastos pessoais de consumo pode fechar o ano em 2,4% (não mais em 1,8%), com seu núcleo avançando 2,2% em 2021. Em 2022 e 2023, ambas as medidas

evoluirão 2% e 2,1%, respectivamente. Além disso, foi feito um reajuste forte na projeção da taxa de desemprego, que cairá a 4,5% (ante 5% na previsão anterior) e em 2023, poderá chegar a 3,5%, algo que pode ser considerado pleno emprego. Ainda assim, pelas projeções, não haveria, como não houve no passado recente, alta relevante na **inflação**.

Powell ressaltou que 2,4% de **inflação** cheia em 2021 não preencheria as novas condições do Fed, porque seria transitória. A recuperação em meio à pandemia é desigual e deixou para trás o setor de serviços, que depende de interação social. A demanda se deslocou para outros setores, criando gargalos na produção que tenderão a elevar provisoriamente alguns preços. Esse movimento não será duradouro, especialmente se condições mais perto da normalidade, com a vacinação em massa, se cristalizarem até o fim do ano.

A relativa impotência da política monetária antes da pandemia, quando estímulos trilionários fracassaram em fazer a **inflação** subir até a meta, permeia a cautela do Fed. Powell disse que a **inflação** ameaçou subir várias vezes e não o fez. Agora, o Fed quer ver para crer, antes de agir. O novo sistema de metas da **inflação** média responde a essa desconfiança, com uma mudança relevante. "Não vamos agir preventivamente", resumiu Powell.

Quanto à situação do emprego, o Fed vê um longo caminho para a melhora. Há 9,5 milhões de trabalhadores desempregados a mais do que antes da pandemia. A participação na força de trabalho também é hoje menor do que antes do ataque do vírus. E, mesmo com pleno emprego, não há garantias de que a **inflação** surgirá, como não surgiu em 2019. O pleno emprego produziu alguma pressão nos salários, que não foi para os preços, possivelmente porque as empresas absorveram, reduzindo margens. A mesma coisa poderá ocorrer agora.

Sobre a recente alta dos juros dos títulos do Tesouro, Powell repetiu que o Fed só agirá se ela ocorrer "desordenadamente". Ele prometeu que quando chegar a hora de começar a subir os juros o banco dará os avisos necessários com bastante antecedência - e que não há sinal disso por enquanto. Os juros dos títulos do Tesouro recuaram e as bolsas renovaram recordes.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>